

Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia as eleições de 1976 em Niterói

Olavo Brasil de Lima Jr.

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LIMA JR., OB. Articulações de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In REIS, F., org. LAMOUNIER, B., *et al.* *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 99-153. ISBN 978-85-99662-96-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ARTICULAÇÃO DE INTERESSES, POSIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E IDEOLOGIA: AS ELEIÇÕES DE 1976 EM NITERÓI*

Olavo Brasil de Lima Jr.

1. Introdução

Eleições para cargos políticos normalmente assumem grande importância, não só pelo significado implícito mas certamente também por circunstâncias especiais que ora cercam determinadas eleições. Mesmo antes do pleito de 15 de novembro de 1976 e, como não podia, deixar de ser, a partir do momento em que os primeiros resultados das urnas começaram a ser divulgados, certas questões foram sistematicamente tratadas pelos meios de comunicação de massa. Questões que dizem respeito fundamentalmente a quem ganhou onde, e de quanto foram sistematicamente tratadas.

Entre outros problemas que de perto interessariam ao analista cabe destacar: qual o significado real das eleições? Ou ainda, já que realizar uma eleição consiste em consultar parcelas relativamente grandes da população, qual seu sentido real e o que deve o eleitor esperar nos momentos subsequentes? Finalmente, cabe ainda indagar da existência de um perfil sócio-econômico básico que caracterizaria o eleitorado de um e outro partido, questão que trataremos a seguir.

Os estudos de sociologia eleitoral têm, de forma bastante sistemática, procurado identificar os correlatos do voto com o objetivo de discriminar as preferências partidárias do eleitorado. Tendo privilegiado fundamentalmente fatores de ordem demográfica, sócio-econômica e política como eventuais determinantes do voto, a ênfase analítica tem se centrado, portanto, no estudo da função de representação dos partidos políticos.

* A realização deste trabalho só se tornou viável mediante a colaboração, de uma pequena equipe, a quem agradeço: Ari de Abreu Silva, Mônica Leite Barbirato, Franceschina Villardo, Luiz Carlos Urrutigaray e Luiz Henrique Bahia.

No entanto, é patente a insatisfação dos analistas com as conclusões a que chegam: frequentemente, apesar de se chamar atenção para os vínculos sócio-econômicos, para as representações que o eleitor faz dos partidos e para indicadores de participação política como correlatos do voto, é comum o desencanto do analista pela pouca clareza com que se manifestamos vínculos entre variáveis sócio-econômicas e preferência partidária, intermediados por todo um esquema de representação política de interesses e de percepções dos partidos.

Essa preocupação, já clássica, norteará igualmente esse trabalho, na medida em que se buscará avaliar o peso relativo dos diversos fatores de ordem demográfica, sócio-econômica e política no condicionamento da preferência partidária. O que é novidade não é certamente a consideração dos fatores em questão, mas sim a preocupação com seu peso relativo na configuração do voto, tendo em vista uma variável que me parece crítica: o tipo de eleição, fator que passaremos a considerar nos próximos parágrafos.

As estatísticas eleitorais brasileiras mostram que, afora características peculiares de cada um dos prélios, o comparecimento às urnas tende a ser menor em eleições municipais que estaduais, e nestas, por sua vez, o comparecimento é ainda menor que na disputa nacional. Constatou-se recentemente, por outro lado, que, mesmo no caso de eleições municipais há diferenças acentuadas, por exemplo, na preferência do eleitorado pelos partidos políticos existentes quando se trata de eleger um prefeito ou um vereador.

Especificamente (vide Tabela 1), observou-se que os ganhos relativos da ARENA no voto de legenda para o legislativo municipal são muito mais rápidos que os ganhos da mesma ARENA para prefeituras¹.

À primeira vista, o analista seria tentado a buscar explicar o fenômeno chamando atenção para a natureza do cargo a ser preenchido e para as condições legais que estabelecem os critérios de vitória, já que os partidos são os mesmos e, dentro de cada cidade, o eleitorado é também o mesmo. Estaríamos, portanto, diante de um paradoxo: em um sistema

¹ No artigo "Disputa e Vitória Eleitoral no Estado do Rio", *Jornal do Brasil* (22/11/76) procurei mostrar como a vitória dos partidos se encontra associada ao grau de urbanização do município (medido, embora a grosso modo, pelo número de eleitores inscritos) e como a penetração da ARENA é maior no caso dos resultados para as Câmaras Municipais do que para a obtenção de prefeituras, condicionada pelo tamanho do município,

bipartidário, em uma mesma eleição, a ARENA faz a prefeitura e o MDB a Câmara Municipal, ou o contrário. O paradoxo, a julgar pelo estado do Rio, se reproduz a nível agregado, quando se consideram os resultados eleitorais por grupos de municípios.

Tabela I – Partidos majoritários e número de municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro – 1976.

Tipos de municípios	Prefeituras			Maioria na Câmara dos Vereadores		
	ARENA	MDB	Total	ARENA	MDB	Total
Grupo I (Municípios com mais de 20 mil eleitores)	23% (5)	77% (17)	(22)	28% (7)	72% (18)	(25)
Grupo II (Municípios com 10 mil a 20 mil eleitores)	67% (10)	33% (5)	(15)	82% (14)	18% (3)	(17)
Grupo III (Municípios com menos de 10 mil eleitores)	86% (19)	14% (3)	(22)	100% (22)	0% (0)	(22)
<i>Total</i>	59% (34)	41% (25)	(59)	67% (43)	33% (21)	(64)

* Exceto municípios em que o prefeito é nomeado (5).

As variações encontradas no estado do Rio, nas eleições de 76 no que se refere a ganhos ou perdas relativas dos partidos, (indicados pela tabela abaixo), conduzem a interessante linha de indagação. Verifica-se, com efeito, que a ARENA, no voto de legenda para vereador ganha mais rapidamente do que para prefeito, à medida que se caminha ao longo de um contínuo – do município maior para o menor. Essa tendência deve ser atribuída, em princípio, a duas ordens de fatores: uma que tem a ver com a natureza do cargo para o qual se vota e outra referente a características individuais que fariam o eleitor do grande município diferente do eleitor do pequeno município.

A análise que se segue enfocará, portanto, a seguinte questão básica: até que ponto é legítimo esperar que, variando o tipo de eleição, mais precisamente o cargo para o qual se vota varie igualmente a configuração de fatores que condicionam a preferência partidária? Como decorrência dessa preocupação, buscaremos detectar características peculiares às eleições municipais de 1976: até que ponto o processo decisório que levou o eleitor a optar por determinado partido ocorreu dentro de um referencial fundamentalmente municipalista?

Parece-me lícito pressupor que o eleitor sabe das diferenças existentes entre o cargo de vereador e o de prefeito e, mais ainda, que atribui, e o faz corretamente, importância diferente a cada cargo. Como o eleitorado que vota para prefeito vota também para vereador, cabe indagar se a configuração de forças de que falávamos antes, relativa a características individuais do eleitor, é diferente quando o eleitor vota para prefeito e para vereador. Trata-se, portanto, de verificar o impacto diferencial exercido por fatores de ordem política, econômica e social no voto de legenda, para cargos diferentes. O pressuposto básico é de que se a escolha é diferente, os fatores que a condicionam também terão impacto diverso.

Em síntese o peso relativo de fatores demográficos e sócio-econômicos e de fatores políticos na determinação da intenção do voto, variando o cargo, em síntese, e o caráter estritamente municipalista das últimas eleições constituem, portanto, temas centrais da análise que se segue. Duas expectativas orientarão a análise: por um lado, espera-se que os fatores políticos sejam melhores preditores da direção do voto que os fatores demográficos e sócio-econômicos; por outro lado, que os fatores políticos que se revelem como melhores preditores não sejam os mesmos quando se trata do voto proporcional (Câmara Municipal) e do voto majoritário (prefeitura).

No entanto, a suposição de que a configuração de fatores associados ao voto varia de acordo com o tipo de eleição, para que não constitua mera decorrência de artifício metodológico, carece de maior fundamentação. E é aqui que reside a maior fragilidade de certa modalidade de análise sociológica: o jogo eleitoral e, conseqüentemente, seus resultados, são vistos como decorrência da interação entre o eleitorado, por um lado, e os partidos, por outro. O fato é que a ação regulatória do Estado não apenas estabelece as regras do jogo – e, evidentemente tanto o eleitorado como os partidos são por elas condicionados, mas pode também agir como um filtro inicial que libera ou condiciona, a nível individual, a deflagração de forças cuja configuração, em última instância, orientará a escolha do eleitor. A Lei Falcão, o regime partidário, o regime eleitoral, a fidelidade partidária, o voto compulsório, entre outros, são estatutos legais que têm conseqüências políticas e que incidem diretamente sobre os resultados eleitorais, não constituindo, portanto, meros indicadores do regime político *latu sensu*. A produção legal do regime deve, portanto, ser vista como um primeiro filtro, um seletor que permite, em maior ou menor grau, a deflagração, a nível

individual de uma configuração de fatores imediatamente associados ao voto.

Quanto ao caráter municipalista do pleito, suspeito que, apesar de eleições significarem sempre uma tomada de posição diante do regime político e econômico vigente, fatores de ordem local, por oposição a avaliações de natureza geral, nacional, condicionam também a direção do voto. Nestes termos, a aparente inconsistência do eleitor que, por exemplo, percebe mudanças para melhor na situação geral do país e, simultaneamente, vota contra o governo, ou vice-versa, justifica-se em termos plenamente racionais, se sua insatisfação com a administração local é grande.

Nesse sentido, duas serão as questões mais gerais a serem tratadas a seguir: por um lado, a configuração de fatores sócio-econômicos e políticos como correlatos do voto e, por outro, a natureza das eleições; de 76, particularmente seu caráter municipalista.

Na segunda seção, tentaremos dar uma visão retrospectiva da história eleitoral do antigo Estado do Rio de Janeiro para o conjunto de municípios, privilegiando as eleições de 1972 e 1976, sem desconsiderar a penetração dos partidos no estado, na vigência do multipartidarismo.

Na terceira seção o objetivo básico consistirá em dar um balanço na campanha política em Niterói em 1976, analisando os candidatos, os recursos utilizados, o papel das máquinas partidárias, as plataformas dos candidatos a prefeito e, finalmente, com um pouco mais de detalhe, a campanha do candidato vitorioso.

A seção 4 compara os resultados oficiais com os resultados da pesquisa a que o presente capítulo se refere e estuda o papel da posição sócio-econômica do eleitor como correlato do voto. Discute-se, ainda, como condicionante do voto de legenda, o impacto da participação política anterior do eleitor: o interesse pela política, a obrigatoriedade do voto, a identificação partidária, a época em que passou a preferir o partido e o voto senatorial de 1974.

Finalmente, na seção 5, discute-se a articulação de interesses e a distribuição de posições ideológicas, tratando-se de verificar, primeiro, a importância da avaliação do desempenho governamental como correlato do voto. Em segundo lugar, tenta-se mostrar a percepção que o eleitorado tem

dos dois partidos no que se refere a questões de opinião, e comparam-se as preferências individuais do eleitor com a percepção que ele tem da posição dos partidos nas mesmas questões. Finalmente, tenta-se mostrar como indicadores políticos do atual regime se articulam no eleitorado como um todo, como pensam o arenista e o emedebista, e qual a importância da escolarização como característica individual que nos permite entender as posições ideológicas do eleitor.

2 – A dinâmica eleitoral e as eleições de 1976 no antigo Estado do Rio de Janeiro

Durante a permanência do multipartidarismo, o antigo Estado do Rio de Janeiro não apresentou especificidade alguma que o distinguisse do padrão evolutivo do sistema partidário que caracterizou os demais estados. Nesse sentido, basta acentuar que a decadência dos partidos conservadores, o PSD e a UDN, cujo ponto de inflexão foi para o primeiro a eleição estadual de 1958 e para o último a eleição de 1954, teve como contrapartida a conjugação de dois fenômenos que, embora distintos por suas consequências eleitorais, tiveram origem comum.

Por um lado, é notório o crescimento da força eleitoral do PTB e, por outro, que esse crescimento, a partir de 1954, embora venha a situá-lo como o partido mais forte em 1962, encontra-se condicionado pela expansão dos pequenos partidos, sobretudo daqueles de persuasão reformista e/ou trabalhista (Tabela II), estabelecendo-se uma situação, já visível a partir de 1958, de intensa fragmentação do suporte eleitoral, fenômeno já discutido em outros trabalhos².

Essa expansão dos partidos reformistas/trabalhistas reflete o processo geral de mudança social por que passou a sociedade no período 1945/1962, particularmente o avanço da industrialização, sobretudo na Baixada Fluminense, e a aceleração do processo de urbanização, associados ao crescimento das oportunidades educacionais, fatores que vieram a refletir-se diretamente na composição social do eleitorado. O realinhamento das forças sociais, a permissividade da legislação partidária quanto ao número de

² Para uma análise detalhada da evolução do sistema partidário a nível estadual, ver meu artigo “Evolução e Crise do Sistema Partidário: Análise das Eleições Legislativas Estaduais (1947/1962)” em *DADOS* 17, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

partidos e, sobretudo, o fato de que os principais beneficiários da distribuição das sobras eleitorais eram os pequenos partidos foram precisamente os fatores condicionantes da fragmentação do sistema partidário eleitoral.

Nas eleições municipais de 1976 a vitória coube à ARENA, que passou a deter 59% das prefeituras e a ter maioria em 41% das Câmaras Municipais- no antigo estado. Contudo, as perdas da ARENA em relação às eleições municipais anteriores foram bastante significativas, mostrando o avanço obtido pelo MDB.

Tabela II – Penetração partidária nas eleições proporcionais federais e estaduais no antigo Estado do Rio de Janeiro: % de deputados eleitos

Eleições	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	MTR	PRP	PSP	PDC	PSB	PTN	PST	Total
1945 (F)	59	24	06	12	-	-	-	-	-	-	-	-	17
1947 (E)	44	26	15	11	02	-	02	-	-	-	-	-	54
1950 (F)	41	24	29	-	-	-	-	06	-	-	-	-	17
1950 (E)	33	26	28	-	04	-	02	07	-	-	-	-	54
1954 (F)	35	35	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
1954 (E)	37	19	20	-	04	-	-	09	06	06	-	-	54
1958 (F)	35	24	24	-	-	-	-	06	-	12	-	-	17
1958 (E)	28	13	24	-	06	-	-	15	06	06	04	-	54
1962 (F)	24	14	33	-	-	-	-	10	05	05	-	10	21
1962 (E)	19	11	21	-	08	05	-	13	08	05	06	03	52

F = eleições federais.
E = eleições estaduais.

O fato fundamental consiste em que os ganhos e perdas relativos dos dois partidos não se distribuem igualmente pelos vários municípios. Na comparação dos resultados eleitorais de 72 e 76 sobressai a inversão total dos resultados nos grandes municípios: a ARENA é derrotada em uma base

de 3 a 1, em termos de maioria nas Câmaras Municipais, e por diferença semelhante em termos do número de prefeituras obtidas. Nos municípios de porte médio revela-se um pequeno avanço do MDB e nos pequenos municípios um avanço da ARENA, apesar de em ambos a vitória da ARENA ter sido esmagadora, no que se refere a prefeituras obtidas (Tabela III). A obtenção de maioria nas Câmaras Municipais revela o mesmo padrão de distribuição favorável à ARENA nos municípios médios e pequenos, porém as vantagens da ARENA são bem maiores que no caso das prefeituras.

Tabela III – Resultados eleitorais municipais do antigo Estado do Rio de Janeiro: prefeituras por tamanho do município e partidos: percentagens ()*

Municípios	1972		1976	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB
Grupo I (20.000 eleitores ou mais)	70	30	22	78
Grupo II (de 10.000 eleitores a 20.000)	72	28	66	34
Grupo III (menos de 10.000 eleitores)	85	15	86	14
Total	77%	23%	59%	41%

* Excluí cidades (5) onde o prefeito é nomeado; os resultados de Niterói em 1976 não estão incluídos.

Os resultados de 1976 confirmam a noção segundo a qual os anseios de mudança e a insatisfação com o regime atual concentram-se geograficamente nos centros urbanos e nas áreas mais industrializadas, e de que o MDB enquanto partido de oposição capitaliza esses sentimentos. A explicação óbvia parece ser a de que algo ocorreu entre 1972 e 1976 que veio aumentar a probabilidade de vigência da expectativa teórica; não é sem fundamento, portanto, que a atenção se volte para o programa de distensão do governo Geisel, para a crítica severa ao governo Médici e, sobretudo, para o clima em que se realizou a eleição de 74 e seus resultados.

Os resultados em 1974 (vide Tabela V) apontam o MDB como vitorioso para o Senado e a ARENA como vencedora para as Câmaras Federal e Estadual, considerando-se o número total de municípios em que cada partido obteve a maioria dos votos. No entanto, é preciso distinguir onde, ou seja, em que tipo de município, cada partido ganhou ou perdeu. É assim que o MDB obteve maioria na votação para o Senado, para as Câmaras Federal e Estadual nos grandes centros. (grupo I de municípios), bem como no grupo II, porém apenas para o Senado; no caso das Câmaras

cada partido obteve maioria de votos em metade dos municípios do grupo II. Já a ARENA obteve maioria de votos na esmagadora maioria dos municípios do grupo III tanto para o Senado, quanto para as Câmaras Federal e Estadual.

Tabela IV – Resultados eleitorais dos municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro: municípios em que os partidos obtiveram a maioria nas Câmaras Municipais: percentagens.

Tipo de Municípios	Nº de Municípios	1972		Nº de Municípios	1976	
		ARENA	MDB		ARENA	MDB
Grupo I	22	70% (16)	30% (6)	24	25% (6)	75% (18)
Grupo II	13	100 (13)	00 (0)	17	76 (13)	24 (4)
Grupo III	28	89 (25)	11 (3)	22	100 (22)	00 (0)
Total	63	54	9	63	41	22

Obs.: Nesse período seis municípios passaram do grupo II para o III, e dois Municípios do grupo II para I.

O clima de distensão e de crítica que prevaleceu em 74 foi de extrema importância, dado o tipo de eleição, no sentido de permitir que o principal beneficiário – o MDB – viesse a auferir benefícios políticos posteriores em eleições de menor importância, vale dizer, em 76. Agora, os candidatos vitoriosos em 74, a nível federal e estadual, puderam usar, a nível local, os recursos políticos obtidos em vitória recente e/ou concorreram diretamente às eleições locais, como é o caso do candidato a prefeito vitorioso em Niterói, que foi precisamente o deputado federal mais votado em 1974.

Não foram, apenas, a conjuntura política favorável em 74 e o sucesso eleitoral subsequente do MDB que condicionaram favoravelmente o eleitorado, potencialmente emedebista. A dinâmica eleitoral, onde uma eleição crítica (1974) condiciona a eleição subsequente de menor importância (1976) implica todo um processo de revisão interna nas máquinas partidárias no período inter-eleições antes de que suas estratégias eleitorais se tornem visíveis para o público.

Tabela V – Resultados eleitorais, por grupos de municípios, no antigo Estado do Rio de Janeiro em 1974: nº de municípios que deram maioria de votos a cada partido.

	Nº de Municípios	Senado		Câmara Federal		Assembleia Legislativa	
		ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
Grupo I	23	(3)	(20)	(3)	(20)	(3)	(20)
Grupo II	13	(4)	(9)	(6)*	(6)*	(6)	(6)
Grupo III	27	(20)*	(6)*	(25)	(2)	(25)	(2)
Total	63	(28)	(35)	(35)	(28)	(34)	(28)

* Não se considerou Mangaratiba (grupo II) e Cachoeira de Macacu (grupo III) pois nesses municípios a percentagem de votos dos dois partidos foi igual: em Mangaratiba para a Câmara Federal e Assembleia e em Macacu para o Senado.

Antes de analisarmos a disputa eleitoral em Niterói, vale a pena caracterizar os termos da disputa entre os dois partidos no conjunto de municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro. Os dados da Tabela VI, que já constituíram objeto de análise, vêm mostrar com clareza que os partidos trataram de maximizar seus ganhos eleitorais baseando-se no conhecimento que detinham dos municípios fluminenses³.

A Tabela VI chama a atenção para o fato de que o MDB tratou de disputar nos grandes municípios (acima de 20%) em igualdade de condições com a ARENA (coluna 1). Nos municípios médios (coluna 2), a estratégia de maximizar o voto de legenda favorece a ARENA, voltando a favorecer ligeiramente o MDB nos pequenos municípios (coluna 3), excetuando-se os quatro municípios em que o MDB não apresentou candidatos. A ARENA, em contrapartida, concentra seus esforços nos grandes e médios municípios.

Sabe-se que a urbanização e a industrialização são fatores decisivos como condicionantes da direção do voto. O que dizer da estratégia partidária acima identificada, tendo em vista o condicionamento do voto pelos processos de urbanização e industrialização? O MDB estaria tratando de captar o eleitorado dos centros mais urbanizados e industrializados do estado, sabidamente com grande concentração operária e, simultaneamente, penetrar nos pequenos municípios. No primeiro caso, a oposição tratou de

³ Em “Panorama Eleitoral no Estado do Rio”, *Jornal do Brasil* (14/11/76), discuti com mais detalhe as condições da disputa e as estratégias partidárias.

apelar fundamentalmente para o tipo de eleitor que, no passado, dava seu voto ao PTB, estratégia favorecida pelo fato de o MDB poder contar com a antiga máquina trabalhista e pessedista. A ARENA, em contrapartida, apoia-se hoje principalmente na máquina partidária da antiga UDN.

Tabela VI – Tipo de competição para as prefeituras e tamanho dos municípios *

Tipos de competição partidária	Municípios			Total
	Grupo I: Acima de 20.000 habitantes	Grupo II: de 10.000 à 20.000	Grupo III: Menos de 10.000	
Equilibrado (igual nº de candidatos dos dois partidos)	13	7	6	26
ARENA possui mais candidatos do que o MDB	4	7	3	14
MDB possui mais candidatos do que a ARENA	5	2	9	16
Não houve (MDB não apresentou candidatos)	–	–	4	4
<i>Total</i>	22	16	22	60

* Inclui Niterói.

Nas eleições municipais de 1954-55, a título de indicação do potencial representado pela máquina partidária, o antigo PSD competiu em todos os municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro, e o PTB concorreu em 92% dos municípios, enquanto os demais partidos distribuíram-se por poucos municípios.

3 – A campanha eleitoral em Niterói

Após essa rápida incursão pela história eleitoral do antigo Estado do Rio de Janeiro e antes de analisarmos os resultados da pesquisa, vale a pena esboçar o quadro em que se desenvolveu a campanha eleitoral na disputa pela prefeitura de Niterói: quem foram os candidatos apresentados pelos dois partidos? De que recursos políticos puderam dispor? Qual foi o papel desempenhado pelas máquinas partidárias? A que se propuseram os

candidatos? Que temas prevaleceram? Que aspectos distinguiram a campanha do candidato vitorioso da campanha dos demais postulantes⁴?

3.1 – Disputa partidária: os candidatos e a campanha

Niterói, que foi até a fusão dos dois estados a capital do Rio de Janeiro, é o mais importante centro de serviços deste estado. Sua população, de 324.246 habitantes em 1970, conta com 90% residindo na zona urbana e 36% compoendo a força de trabalho.

Sua vida econômica repousa acentuadamente no setor terciário, atingindo o percentual de 75% da população ocupada, o que se explica pelo fato de ter sido capital de Estado, onde a administração pública e os serviços em geral são bastante significativos. Devido à sua restrita extensão rural e ao alto preço das terras ocasionado pela especulação imobiliária, a atividade agrícola não encontra qualquer expressão, contribuindo somente com 2% na alocação da população economicamente ativa.

Também de pouca relevância é o setor industrial, que representa 24% da força de trabalho urbano, quando a média das cidades de trinta mil ou mais habitantes é de 43%. Niterói, em 1970, possuía 411 indústrias, sendo que 81% do valor da produção concentrava-se em três ramos industriais: construção e montagem de material de transporte (44%), indústrias alimentares (20%) e mecânica (17%). Entretanto, são indústrias de grande porte, uma vez que, se compararmos com Caxias do Sul, que possuía 728 estabelecimentos, o valor da produção industrial em Niterói é bem maior: 520 mil cruzeiros contra 485 mil em Caxias do Sul.

Sua condição de capital do antigo Estado do Rio de Janeiro de Janeiro a coloca entre as cidades mais desenvolvidas, como se pode constatar pelos indicadores aqui utilizados; ademais, 94% dos domicílios possuem luz elétrica, quando a média das cidades consideradas é de apenas 64%. Expressivo também é a reduzida taxa de analfabetismo, se compararmos com a média das cidades: 15% em Niterói contra 31%.

⁴ Esta seção baseia-se extensamente no estudo da campanha realizado por Elina Fontre Pessanha e Edson de Oliveira Nunes, que contribuíram para o relatório *Acompanhamento do Processo Eleitoral* (São Paulo: 1977, mimeografado) a quem agradeço, pela possibilidade de usar o texto referente a Niterói como parte deste trabalho.

Outro aspecto importante a considerar em Niterói diz respeito à proporção de mulheres na força de trabalho urbano. Este índice, de 37%, está bem acima não só das outras cidades em estudo – que varia de 24% em Presidente Prudente a 33% em Juiz de Fora, – como também da média das cidades desta categoria, cujo valor é de 34%. Considerando que a incorporação da mulher na força de trabalho se dá principalmente no setor terciário, esta taxa elevada em Niterói confirma sua condição de centro urbano de serviços.

O primeiro aspecto que deve ser considerado na campanha eleitoral em Niterói é o fato de que não se realizavam eleições para o cargo de prefeito há 12 anos, uma vez que antes, sendo capital de estado, esta cidade participava apenas da eleição para a Câmara Municipal; a consequência natural foi a sucessão de governos arenistas ao longo destes anos. Outro fator que deve ser levado em conta é a influência exercida pelo Rio, reduto opositorista muito forte solidificado com a vitória de Saturnino Braga para o Senado em 1974. A preocupação do MDB em controlar o interior do novo estado do Rio de Janeiro, através da influência de Niterói e com vista às eleições para governador em 1978, levou «> partido a usar de todos os recursos na campanha. A ARENA, por outro lado, contava com uma organização partidária precária a nível local, viciada pela competição apenas para a Câmara de Vereadores e por sucessivas vitórias nessas eleições.

Quanto aos candidatos, tanto a ARENA como o MDB lançaram mão das três sublegendas a que tinham direito, sendo que, pelo lado situacionista, eram os seguintes os postulantes ao Executivo Municipal: Waldenir Bragança, pela ARENA 1, médico e Secretário de Saúde e Assistência da Prefeitura no período 1975-1976; Adilson Lopes, pela ARENA 2, médico e deputado estadual, apoiado inicialmente por 21 candidatos a vereador, mas que terminou com apenas 7 deles; Astor Melo, pela ARENA 3, advogado, funcionário público municipal e vereador desde 1968, que contava unicamente com o apoio de 2 candidatos a vereador.

Pelo lado emedebista, Wellington Moreira Franco (MDB 1), deputado federal eleito em 1974, contava com o apoio de 37 candidatos a vereador, 2 deputados estaduais, 3 federais, 4 senadores e o Diretório Municipal, além do pessoal dos ex-PTB, e PSD. Pelo MDB 2, Silvio Lessa, deputado estadual eleito em 1974, apoiado por 22 candidatos a vereador,

Chagas Freitas e sindicatos. E pelo MDB 3, Nelson Rocha, ex-vereador e ex-deputado federal, apoiado por cerca de 12 candidatos a vereador e pelo Diretório Municipal.

3.2 – A campanha dos dois partidos

Quanto à atuação dos partidos, levando-se em consideração os efeitos a nível municipal, ambos achavam-se em posições bem distintas em relação às eleições anteriores.

O Diretório Nacional do MDB já editara (1975) um Manual para Organização dos Diretórios e Comissões Executivas Municipais, tendo editado outro, em março de 1976, para organização da campanha municipal. Neste último, ensina a realizar convenções para escolha de candidatos, informa sobre as disposições do Código Eleitoral em relação a comícios ou qualquer ato de propaganda política e aos crimes eleitorais, além de fornecer modelos de documentos necessários para notificação, convocação, filiação e registro no desenvolvimento da campanha; propõe ainda, a organização e o planejamento das atividades dos candidatos. Essas atividades já eram previstas para neutralizar os efeitos da Lei Falcão, analisada em outro documento (Vol. XI da Coleção Alberto Pasqualini, de junho de 1976), e deviam incluir, segundo o Manual, comícios e concentrações, visitas às residências, promoção de debates e palestras, organização de comitês ou grupos, planejamento dos temas de campanha, levantamento dos problemas municipais e pesquisas de opinião pública. O Diretório Nacional realmente enviou alguns políticos a Niterói, muito embora sua participação tenha sido mais em termos de presença em comícios e concentrações, onde faziam rápidos pronunciamentos, deixando-se os debates para reuniões mais restritas entre políticos e em recintos fechados.

Esse apoio, por sua vez, à medida que o Diretório Municipal, organizador das atividades locais, estava comprometido com uma das sublegendas do partido, era canalizado para esta, criando-se então situações de confronto entre os candidatos e seus cabos eleitorais, todos querendo se beneficiar da presença dos líderes do partido.

A ARENA não apresentou, segundo os próprios candidatos, nenhum esforço de coordenação geral das eleições. Editou apenas um documento, não específico (Por quê?), mostrando pontos positivos das realizações do

governo federal, como construção de estradas, pesquisa e exploração de petróleo, estatísticas sobre o estudantado, situação do Banco do Brasil, entre outras. Afora isso, promoveu a visita do presidente da República a Niterói para lançar a obra de um túnel na zona sul e a do presidente do partido. À primeira correspondeu certa mobilização popular, mas a segunda passou praticamente despercebida à população da cidade. Como no MDB, o principal beneficiário nessas ocasiões foi o titular de uma sublegenda, no caso aquela apoiada pelo executivo municipal (Waldenir Bragança).

O Diretório Municipal do MDB organizou-se razoavelmente bem para as eleições de 1976, mantendo-se em contato com a Executiva Nacional, distribuindo documentos, participando da campanha e atuando durante a apuração dos votos através da fiscalização e controle por recontagem dos mapas eleitorais. Esse trabalho, entretanto, se desenvolveu nos limites de um compromisso com a sublegenda 1 do partido (e por extensão com a sublegenda 3 que lhe serviu de apoio), e, embora as atividades de controle da apuração beneficiassem a todos, as demais atividades foram dirigidas para a campanha da sublegenda 1, sendo provável inclusive que a própria dinâmica dessas atividades tenha sido dada pela equipe de coordenação da campanha dessa sublegenda.

Na ARENA, segundo os próprios candidatos, o Diretório Municipal revelou-se completamente omissivo em relação às eleições; não ajudou em momento algum da campanha, não armou qualquer esquema de fiscalização, controle de apuração ou avaliação da derrota sofrida. Sem sede própria, alugou apenas uma grande loja no centro da cidade, colocando-a à disposição dos candidatos. A tendência dos candidatos foi de tentar uma ligação com o poder executivo municipal, que por sua vez, estava comprometido com a sublegenda 1, à qual apoiou administrativa, política e até financeiramente, causando com isso o descontentamento dos candidatos das outras sublegendas, que ameaçaram, inclusive, renunciar à candidatura no mês anterior ao das eleições.

3.3 – A plataforma dos candidatos

Os candidatos, tanto de um como de outro partido, desenvolveram suas plataformas independentemente, não havendo identificação entre os programas dos emedebistas, nem entre os dos situacionistas. A análise dos discursos dos candidatos permite estabelecer de imediato uma separação

entre candidatos preocupados em denunciar a falência do próprio sistema político, prejudicado por um regime autoritário (duas das sublegendas do MDB pregavam a volta do estado de direito e a normalização democrática), e a sublegenda 3, de Nelson Rocha, assim como as três sublegendas da ARENA que não se referem a qualquer problema político-institucional. Os candidatos Sílvio Lessa, e Moreira Franco foram também os únicos a criticar o modelo econômico brasileiro, dentro dos princípios do próprio partido, de defesa da empresa nacional e de críticas a distorções na distribuição de renda e à política salarial.

Os temas municipalistas é que foram constantes nas seis campanhas, embora sob perspectivas diferentes, é claro. Enquanto Nelson Rocha, Astor Melo e Waldenir Bragança estão preocupados com o vínculo entre o governo local e os governos estadual e federal em termos de, relação com fontes de recursos (Waldenir e Astor) ou prestadores de serviços (Nelson), Adilson Lopes, muito cioso de sua independência dentro do partido, ou muito consciente de seu alijamento pelos governos municipal e estadual (e conseqüentemente federal), não se refere ao problema; Moreira e Sílvio criticavam a perda de autonomia do município pela ação centralizadora do poder e enfatizavam a importância da participação política e do fortalecimento da sociedade política, através de constantes apelos ao envolvimento da comunidade nas tarefas de “arrumar Niterói” (Moreira) e à formação de associações (Sílvio).

Nas propostas de programas para o tratamento dos problemas da cidade, a clivagem que se evidencia é entre mudança e continuísmo da orientação adotada pela Prefeitura. É aí, então, que talvez se possa estabelecer uma comparação mais sistemática.

O discurso de Waldenir Bragança é, sem dúvida, o mais marcado por um compromisso com a continuidade das obras iniciadas por Ronaldo Fabrício, então prefeito, muito embora se tente caracterizar essa gestão como tendo, por sua vez, introduzido uma série de mudanças importantes na administração de Niterói, mudanças essas que seriam abandonadas, perdido o necessário apoio dos governos estadual e federal. Astor de Melo, de certa forma, também se compromete com o continuísmo. Os demais candidatos apresentam uma retórica claramente mudancista; mas na verdade, apenas Sílvio e Moreira inserem suas preocupações num projeto mais amplo de modificações, que envolve a normalização da vida política e

a possibilidade do protesto popular contra condições injustas de vida. Seus apelos ao envolvimento do povo, da comunidade no governo da cidade demonstram a tentativa de representar a insatisfação popular e de exercer a participação política. As críticas ao governo, ao modelo político e econômico é que deram realmente um caráter mudancista ao seu discurso, visto que mudanças na orientação do programa administrativo da prefeitura, com exceção de Waldenir e Astor, todos prometeram (e talvez Adilson com maior veemência e mais informações).

Outro aspecto interessante é o fato de Adilson e Silvio terem se colocado como candidatos independentes dentro de seus próprios partidos, à medida que não eram apoiados por “oligarquias políticas”, o que na verdade significa, em ambos os casos, que suas sublegendas não correspondiam à facção dominante no diretório e na política locais. O caráter rebelde de suas candidaturas foi muito explorado em seus discursos, numa tentativa de se identificarem como marginalizados, tanto quanto as camadas populares a que se dirigiam.

Coincidentemente, foram eles também os candidatos que mais exploraram sua origem popular e que pretenderam representar os bairros mais pobres (e populares) da cidade. Nelson, Astor e Waldenir, por outro lado, usaram um apelo diferente, colocando-se como “servidores” dos pobres (enquanto médicos) e Moreira explorou, em relação aos segmentos mais pobres da população, não só a insatisfação com as precárias condições de vida, como suas ligações com a política populista, com o getulismo.

3.4 – A campanha do candidato vitorioso

Observando mais detidamente a campanha realizada pelo candidato vitorioso, constataremos que ela se caracterizou por alguns fatores bem específicos, que delineamos a seguir:

1. O apoio do partido, concretizado a nível nacional, por orientação e envio de líderes importantes e, a nível local, por uma participação direta do Diretório Municipal em todas as fases da campanha; e o apoio de máquinas partidárias do “antigo regime”, como o ex-PSD e o ex-PTB, através de alguns expoentes estaduais e municipais desses partidos, acostumados inclusive a campanhas do tipo que se fez necessário com a vigência da Lei Falcão.

2. A organização da campanha com base na orientação fornecida pelo Diretório Nacional, desenvolvida por equipe montada para atender aos vários itens do programa, tais como pesquisas de opinião, comícios, debates, organização de comitês ou grupos, levantamento de problemas locais e planejamento da campanha.
3. Recursos financeiros em escala relativamente maior, como atestam depoimentos de membros da própria equipe e dos demais candidatos e que estes ponderam a aspectos observáveis durante a campanha: comitês (2), subcomitês nos bairros (15), escritório do candidato, cerca de 30 carros, farto material de propaganda, equipe auxiliar especializada e uso extenso de material para correspondência.
4. O discurso do candidato caracterizou-se pela vontade de solucionar os problemas levantados em pesquisas de opinião, envolvendo a participação da comunidade (“Vamos arrumar Niterói”) e dirigindo-se a segmentos sensíveis da população, às donas de casa, aos universitários, aos servidores municipais, aos motoristas de táxi, aos comerciários, através de manifestos específicos. Por outro lado, o apelo a problemas político-institucionais do país, e a crítica ao modelo econômico vigente e aos seus efeitos a nível de abastecimento, política salarial, entre outros, foram amplamente utilizados.

O planejamento da campanha deste candidato veio confirmar a importância dada pelo partido oposicionista à cidade, com uma injeção maciça de recursos, bem como a preocupação de controlar o interior do novo estado, pensando em uma possível eleição em 1978 para o governo estadual. A vitória de Moreira Franco confirma o aumento substancial da influência do MDB em Niterói, e no Estado do Rio, que sempre foi considerado um reduto oposicionista. As eleições do passado, que em Niterói só se realizavam para a Câmara Municipal, mostravam a ARENA elegendo a maior parte dos vereadores, descuidando-se com isto de uma melhor estruturação local. O que se verificou foi que as eleições de 1974, quando o MDB lograria vantagem tanto na Assembleia como na Câmara Federal, e a vitória de Saturnino Braga para o Senado vieram contribuir decisivamente para o sucesso obtido nas eleições de 1976, conquistando finalmente o MDB o Executivo Municipal.

4 – O voto para prefeito e vereador

Os resultados oficiais da eleição indicam ter sido o MDB o partido vitorioso em Niterói, com a obtenção da prefeitura e de maioria na Câmara Municipal. Na votação para prefeito obteve 59% dos votos, se excluirmos os brancos e nulos, e 50% dos votos, se os incluirmos. Na votação de legenda para a Câmara Municipal obteve 57% dos votos (incluindo brancos e nulos).

Tais resultados demonstram que a disputa foi bastante acirrada, centrada em torno de três candidatos, dos quais do MDB, que juntos, obtiveram 55% dos votos. A comparação dos resultados da pesquisa com os resultados oficiais (Tabela VII) revela, em primeiro lugar, que a pesquisa previu acertadamente o candidato vitorioso e, em segundo lugar, que as diferenças na percentagem de votos dos demais candidatos entre os resultados obtidos e os oficiais são bastante baixas: de fato, nunca é superior a 8%, exatamente no caso do candidato vitorioso.

Tabela VII – Votos para prefeito: comparação entre os resultados da pesquisa e oficiais

Partidos/Candidatos	Pesquisa*		Oficiais **
	%	%	Votos
ARENA			
- Waldenir Bragança	22	24	37.131
- Adilson de Souza Lopes	8	12	17.759
- Astor Pereira de Mello	4	5	7.371
<i>Total</i>	<i>34</i>	<i>41</i>	<i>62.7.61</i>
MDB			
- Wellington Moreira Franco	39	31	46.299
- Silvio Soares Lessa	25	24	36.229
- Nelson Rocha	2	4	6.730
<i>Total</i>	<i>66</i>	<i>59</i>	<i>89.258</i>
Total	100	100	151.519

* Exclui 96 indecisos, 23 que iriam votar em branco ou anular o voto, 14 que não iriam votar, 201 não eleitores ou eleitores de outros municípios e 35 que se recusaram a responder.

** Excluídos os votos brancos e nulos.

Essa diferença se deve, sem dúvida, ao número elevado de indecisos quanto ao nome e partido em que votariam, até porque as entrevistas foram realizadas nos 18 dias que precederam as eleições. Considerando os dados da

Tabela VIII, observa-se que, tomando-se o voto de legenda, diminuem sensivelmente as diferenças entre os resultados da pesquisa e os oficiais. Cabe ressaltar ainda que, com o desenvolvimento da campanha, o candidato vitorioso, Wellington Moreira Franco, veio efetivamente a perder 8% da votação, a julgar pela intenção de voto expressa pelos entrevistados na pesquisa.

Tabela VIII – Votação nos dois partidos para a prefeitura: resultados da pesquisa e oficiais.

Partidos	Pesquisa *	Oficiais	
	%	%	Votos
ARENA	31	35	62.261
MDB	59	50	89.258
Brancos e nulos	10	15	25.595
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>177.114</i>

* Exclui 14 que não votariam, 201 que não são eleitores ou são eleitores de outros municípios e 131 indecisos.

Algumas perguntas no questionário aplicado permitem verificar, pelo menos em parte, o impacto da campanha, agora à luz dos resultados finais. É assim que 73% dos entrevistados atribuíam ao MDB a vitória eleitoral, embora 60% acreditassem que a vitória se daria por uma *diferença pequena*, quase empate. Quanto ao candidato vitorioso, 41% atribuíam a vitória a Wellington Moreira Franco e apenas 10% ao segundo colocado, Waldenir Bragança. As previsões dos entrevistados em parte se efetivaram, porém subestimou-se o impacto de Waldenir Bragança, que veio a ser o segundo colocado, seguido de perto por Silvio Lessa, com uma diferença de pouco menos de 1.000 votos.

Essa rápida comparação entre os resultados obtidos pela pesquisa e os oficiais, com base na intenção do voto, está longe de ser uma resposta satisfatória, quer para o analista, quer para o estrategista dos partidos. Pelo contrário, encerra uma série de questões que, de forma simplificada, tem a ver com a identificação do conjunto de fatores que levam o eleitor a preferir determinado partido, por um lado, e com a forma pela qual tais fatores se combinam e se distribuem pela estrutura social, por outro lado. O conjunto de opiniões, atitudes e valores que se associam ao voto e a sua distribuição nos diversos grupos e classes sociais constituem-se precisamente na questão central que permeará a análise nesta e nas seções subsequentes.

Tabela IX – Votação dos dois partidos para a Câmara Municipal: comparação entre os resultados da pesquisa e os oficiais.

Partidos	Pesquisa	Oficiais	
	%	%	Votos
ARENA	39	43	23.779
MDB	61	57	31.077
Total	100	100	54.856

Exclui 16 indicações incorretas de nome e partido, 65 indecisos quanto a nome e partido, 10 que não iriam votar, 23 que se recusaram a responder, 199 que não são eleitores ou são eleitores noutros municípios e 19 brancos e nulos.

A tabela X lista uma série de indicadores sócio-econômicos (cor, sexo, idade, renda, ocupação, educação e autoidentificação como membro de uma classe social) associados à intenção do voto, mostrando como em certos casos – cor, sexo, idade, escolarização e autoidentificação de classe – os indicadores são úteis para discriminar o eleitorado dos dois partidos. Por outro lado, e agora as diferenças entre o eleitorado dos dois partidos são bem mais acentuadas, a Tabela XI faz o mesmo em relação a opiniões relativas a questões políticas e econômicas que fazem parte da agenda do país.

Tabela X – Voto para prefeito e algumas características sócio-econômicas: percentagens *

Características sócio-econômicas	ARENA	MDB
% de mestiços, mulatos e pretos	16	26
% do sexo masculino	44	56
% de pessoas de menos de 30 anos	31	45
% de pessoas com renda familiar até 3 salários mínimos	21	18
% de pessoas com renda familiar de 15 ou mais salários mínimos	21	20
% de pessoas cuja posição na ocupação é “empregador/administrador”	7	4
% de pessoas cuja posição na ocupação é “empregado permanente”	76	76
% de pessoas com curso primário incompleto	10	6
% de pessoas com escolarização além do ginasial	46	54
% de pessoas que se consideram das classes “trabalhadora” e “operária”	27	20

* São considerados apenas os entrevistados que indicaram em quem votariam para prefeito, ou pelo menos o partido.

Tabela XI – Voto para prefeito e algumas opiniões políticas: percentagens.

Opiniões	ARENA	MDB
Favorável à Lei Falcão	79	61
Avaliação do Governo Geisel: Ótimo e Bom	84	48
As coisas no Brasil melhoraram muito	33	12
Favorável ao voto direto	60	91
O povo não tem capacidade de votar	55	36
Concorda mais em que o AI-5 deve ser abolido	18	41
Concorda mais em que o Governo deve controlar mais as empresas estrangeiras	80	81
Concorda mais em que o Brasil é tão democrático quanto qualquer outro país	71	50

* São considerados apenas os entrevistados que indicaram em quem votariam para prefeito, ou pelo menos o partido.

4.1 – O perfil sócio-econômico do eleitor e a intenção do voto

A posição na estrutura social, que, naturalmente, refere-se a um conjunto de fatores tais como sexo e idade, posição na ocupação, renda e educação tem sido vista como fator discriminador do eleitorado dos diversos partidos, na medida em que, associada aos interesses dos diversos grupos e classes sociais, bem como à percepção que tais grupos têm dos partidos políticos, permite diferenciar as preferências sociais por um outro partido.

Considerando os resultados obtidos na Tabela XII, observa-se, em primeiro lugar, que o fator idade discrimina melhor o eleitorado dos dois partidos quando se trata da intenção de voto para prefeito que do voto para vereador: no primeiro caso, quanto mais jovem o eleitor mais provável será que ele vote no MDB. Quanto ao voto para vereador, a idade só é um fator discriminador, novamente em favor do MDB, quando se trata do eleitorado com menos de 30 anos.

Em segundo lugar, a variável sexo tem um poder discriminador menos acentuado que a idade (diferença percentual de 11 pontos no caso do voto para prefeito e de 8 pontos no caso do voto para vereador).

Já a variável educação tem um comportamento extremamente interessante: no caso tanto do voto para prefeito quanto do voto para vereador, observa-se que quanto maior a escolarização maior a tendência do eleitor a preferir o partido de oposição. Em segundo lugar, o impacto da

escolarização na intenção do voto para prefeito é realmente significativo quando o eleitor tem quatro anos de escolarização: entre a primeira e a segunda colunas a diferença percentual é de 11 pontos enquanto entre a segunda e a terceira é de apenas 5 pontos.

Tabela XII – Intenção do voto por idade e sexo: percentagens. (*)

Partido	Idade			Sexo	
	Menos de 30	De 31 a 47	Acima de 47	Masculino	Feminino
<i>Para Prefeito:</i>					
- ARENA	31	43	48	34	45
- MDB	69	57	52	66	55
<i>Total</i>	<i>(108)</i>	<i>(100)</i>	<i>(64)</i>	<i>(139)</i>	<i>(134)</i>
<i>Para Vereador:</i>					
- ARENA	36	50	50	41	49
- MDB	64	50	50	59	51
<i>Total</i>	<i>(89)</i>	<i>(86)</i>	<i>(54)</i>	<i>(120)</i>	<i>(109)</i>

* Intenção do voto: refere-se apenas àqueles que indicam o nome do candidato ou pelo menos o partido em que votaram; excluí: os indecisos; quem votaria em branco ou nulo; quem não votaria; aqueles que eram eleitores de outros municípios e os que se recusaram a responder.

Tabela XIII – Intenção do voto e educação: percentagens.

Partido	Primário incompleto	Primário completo e ginásial	Colegial ou mais
-ARENA	52	41	36
- MDB	48	59	64
<i>Total</i>	<i>(21)</i>	<i>(112)</i>	<i>(139)</i>
<i>Para Vereador:</i>			
- ARENA	50	49	40
- MDB	50	51	60
<i>Total</i>	<i>(18)</i>	<i>(91)</i>	<i>(119)</i>

No caso do voto para vereador, a educação só vai exercer um impacto significativo para pessoas que tenham pelo menos o primário completo e pessoas que tenham o nível colegial ou mais: nesses casos, maior a escolarização, maior novamente a probabilidade de o eleitor preferir o MDB.

Quanto ao impacto da posição do entrevistado na ocupação, tendo em vista o voto para prefeito, observa-se que quanto mais alta a posição maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA; neste caso, as diferenças percentuais são de 7 pontos entre o empregado temporário e o regular, e de 14 pontos entre o empregado regular, e empregador e administrador.

Já no voto para vereador a tendência acima não é tão clara, já que a grande diferença está entre empregados temporários, por um lado, e empregados regulares, empregadores e administradores, por outro.

Introduzindo a renda familiar como correlato do voto observa-se que, no voto para prefeito, existe uma ligeira tendência de que quanto maior a renda maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA.

Tabela XIV – Intenção do voto e posição na ocupação: percentagens. (*)

Partido	Empregado temporário	Empregado regular	Empregador e administrador
<i>Para Prefeito:</i>			
-ARENA	29	36	50
- MDB	71	64	50
<i>Total-</i>	<i>(14)</i>	<i>(148)</i>	<i>(10)</i>
<i>Para Vereador:</i>			
- ARENA	29	43	44
- MDB	71	57	56
<i>Total</i>	<i>(14)</i>	<i>(129)</i>	<i>(9)</i>

* No caso da variável ocupação excluem-se- parceiros, arrendatários e ocupantes, pois são categorias sem referente empírico na amostra, e ainda membros da família não remunerados pela mesma razão. Excluem-se “também os autônomos”⁵.

No caso do voto para vereador essa tendência só ocorre quando se comparam os dois grupos extremos, ou seja, com renda inferior a Cr\$ 4.200,00 e com renda superior a Cr\$ 15.300,00.

Em resumo, há dois aspectos básicos a salientar. Considerando o voto para prefeito, observa-se que, quanto mais alta a posição do entrevistado na

⁵ A exclusão dos autônomos se deve ao fato de que a categoria, bastante numerosa, inclui uma diversidade tal de ocupações que dificilmente poderia ser interpretada de forma não ambígua. A consideração da posição na ocupação não é um indicador plenamente satisfatório de classe social; para tanto, dever-se-ia utilizar a ocupação específica do entrevistado.

ocupação, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA; o mesmo ocorre com a renda familiar. No entanto, quanto maior a escolarização, maior a probabilidade de o entrevistado votar no partido de oposição.

O impacto no voto para vereador dos três indicadores de posição social acima considerados não é tão claro assim. O nível de escolarização só discrimina o eleitorado de um e outro partido quando se compara a escolarização média (primário completo e ginásial) com a escolarização alta (colegial ou mais). A posição na ocupação só discrimina o eleitor de um e outro partido quando comparamos o empregado temporário com os dois outros grupos. No caso da renda ocorre a mesma tendência da posição na ocupação, ou seja, as diferenças só se manifestam nas categorias extremas.

Tabela XV – Intenção do voto e renda familiar (Cr\$): percentagens. (*)

Partido	Até 4.200	De 4.200 a 15.300	15.300 em diante
<i>Para Prefeito:</i>			
- ARENA	39	43	48
- MDB	61	57	52
<i>Total</i>	<i>(101)</i>	<i>(127)</i>	<i>(25)</i>
<i>Para Vereador:</i>			
- ARENA	47	39	64
- MDB	53	61	36
<i>Total</i>	<i>(78)</i>	<i>(102)</i>	<i>(22)</i>

* O salário mínimo regional na época da pesquisa correspondia a Cr\$ 768,00.

Um segundo aspecto consiste em comparar, no caso do voto para prefeito, a intensidade da associação entre cada um dos três indicadores de posição na estrutura social (educação, renda e posição na ocupação) com a direção do voto. A julgar pelas diferenças percentuais, educação e posição na ocupação apresentariam uma tendência mais nítida já que as diferenças percentuais entre as categorias dessas variáveis seriam maiores do que no caso da renda familiar.

No entanto, se considerarmos a relação entre renda e o voto para prefeito segundo o nível de escolarização a importância do nível de renda fica mais clara. Na Tabela XVI observa-se que as diferenças percentuais tornam-se maiores do que na Tabela XV diminuindo para o grupo com baixa escolarização e aumentando para o grupo com alta escolarização; no primeiro caso, 6 pontos percentuais e para a escolarização alta 7 e 11 pontos. Mantém-se porém a tendência de, quando a escolarização é baixa,

quanto maior a renda, maior a probabilidade de o eleitor preferir o MDB; quando a escolarização é alta, quanto maior for a renda maior a probabilidade de o eleitor votar na ARENA⁶.

Tabela XVI – Intenção do voto e renda familiar, segundo o nível de escolaridade. Percentagens.

Partido	Baixa			Alta		
	Até 4.200	De 4.200 a 15.300	Mais de 15.300	Até 4.200	De 4.200 a 15.300	Mais de 15.300
<i>Para Prefeito:</i>						
- ARENA	48	42	0	30	37	48
- MDB	52	58	0	70	63	52
<i>Total</i>	<i>(48)</i>	<i>(12)</i>	<i>(0)</i>	<i>(53)</i>	<i>(104)</i>	<i>(25)</i>
<i>Para Vereador:</i>						
- ARENA	59	38	0	39	39	64
- MDB	41	62	0	61	61	36
<i>Total</i>	<i>(34)</i>	<i>(13)</i>	<i>(0)</i>	<i>(44)</i>	<i>(88)</i>	<i>(22)</i>

No caso do voto para vereador ocorre basicamente a mesma tendência anterior: quando a escolarização é baixa, quanto maior a renda, maior a probabilidade de se votar no MDB; quando a escolarização é alta, no entanto, a preferência pela ARENA só vai ser significativa para o grupo de mais alta renda.

Em resumo, a posição na estrutura social aparece de forma razoavelmente nítida como um correlato do voto; se vista pelo ângulo da posição na ocupação e da renda, quanto mais alta a posição e maior a renda maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA. Já o impacto da educação é no sentido de favorecer o MDB. Para o eleitor de baixa escolarização, quanto maior for sua renda, maior a probabilidade de ele vir a preferir o MDB; quando a escolarização é alta, à medida que a renda aumenta, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA.

A discussão acima aponta para um aspecto interessante, que consiste precisamente em mostrar como existe uma reserva eleitoral da ARENA nos polos extremos da estrutura social, tendência, de resto, confirmada por outros

⁶ A essa mesma conclusão chega Lamounier neste volume (pp. 74-75, particularmente Tabela XVIII). Ainda neste volume ver a discussão que Fábio Reis faz sobre o voto do jovem, pp. 17-23.

estudos neste volume. Vale dizer: os extremos da estrutura social constituem redutos arenistas.

Apesar de na Tabela XVI ficar nítido o impacto da posição na estrutura sócio-econômica na determinação da intenção do voto, tanto no caso do voto para prefeito quanto no do voto para vereador, observou-se anteriormente que, neste último caso, o impacto isolado dos indicadores de posição social é menos acentuado. Com o objetivo de explorar a ideia de que a configuração de fatores que condiciona o voto para prefeito é diferente da configuração determinante do voto para vereador, elaborou-se a Tabela XVII, onde se associa o voto para prefeito com o voto para vereador.

Preliminarmente, fica claro que, embora a consistência da intenção do voto seja alta (85% no voto ARENA-ARENA e 84% no voto MDB-MDB), cerca de 15% do eleitorado votam para prefeito em um partido e para vereador noutro partido. A que atribuir essa inconsistência do eleitor, também detectada nos resultados eleitorais oficiais quando se observa que em um mesmo município um partido faz maioria na Câmara Municipal e o outro obtém a prefeitura?

Tabela XVII – Intenção do voto para vereador e para prefeito: percentagens.

	Prefeito		
Vereador		ARENA	MDB
ARENA		85	16
MDB		15	84
<i>Total</i>		<i>(93)</i>	<i>(159)</i>

Na tentativa de explicar a inconsistência partidária na intenção de voto selecionaram-se dois indicadores de opinião relativos à importância de fatores políticos para “a seleção do candidato a prefeito: a importância atribuída ao fato de o candidato a prefeito ser do partido que o entrevistado apoia e ao fato de ele ser recomendado pelos familiares. A expectativa era de que o primeiro fator fosse mais importante para discriminar o voto para prefeito, e que o segundo fator discriminasse melhor o voto para vereador. Obviamente, partiu-se de uma concepção em que atribuir importância ao fato de o candidato ser do partido que o eleitor apoia e atribuir importância à recomendação de familiares na seleção de um candidato a prefeito seriam fatores que pertenceriam a uma dimensão comum, vale dizer, a um contínuo em que o primeiro fator representaria uma postura mais ideológica que o

segundo. Outra suposição era a de que, dada a importância diferente dos dois cargos, o eleitor fosse movido por fatores mais ideológicos no caso do voto para prefeito do que a escolha do candidato a vereador, onde relações primárias (família, comunidade de vizinhança) seriam mais importantes para a escolha do candidato.

De fato, a expectativa não se confirmou, uma vez que o fator ideológico e o fator familístico possuem igual poder discriminatório no caso do voto para prefeito (diferenças de 11 pontos percentuais) e não discriminam o voto para vereador (3 e 4 pontos respectivamente). Curiosamente, no entanto, no caso do voto para prefeito observou-se que, se correta a interpretação de que os fatores acima mencionados para a seleção de um candidato pertencem a uma dimensão ideológica, o eleitor da ARENA é mais orientado ideologicamente que o eleitor do MDB. Essa inferência se baseia no fato de que, na associação entre importância de o candidato ser do partido apoiado pelo eleitor e a intenção do voto para prefeito, quanto menor a importância atribuída ao fator, menor a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA. Exatamente o inverso ocorre com o fator “importância da recomendação de familiares”: quanto menor a importância atribuída, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA.

Essa conclusão deve, obviamente, ser vista com reservas, pois baseia-se no pressuposto de que o voto partidário e o voto familístico pertencem a uma mesma dimensão teórica. De toda forma, a: questão de que o eleitor da ARENA tenha uma orientação ideológica mais nítida, e mesmo mais consistente, será retomada mais sistematicamente no final deste trabalho (seção V).

Um segundo aspecto a considerar na tentativa de comparar o voto para prefeito com o voto para vereador do ponto de vista da consistência na direção do voto, tem a ver com o impacto da posição social do eleitor ou, dito de outra forma: em que medida indicadores de posição social discriminam o eleitor consistente do eleitor não-consistente? A Tabela XVIII apresenta os resultados da consistência do voto, segundo a escolarização e o nível de renda. Considerando que inicialmente (Tabela XVII) cerca de 84% dos eleitores de um e outro partido são consistentes, observe-se que, no caso da escolarização, a relação inicial permanece inalterada. O eleitorado consistente de um e outro partido continua a ser cerca de 85% e, conseqüentemente, as diferenças percentuais são praticamente iguais: 69 pontos no caso de

escolarização baixa e 68 pontos para a escolarização alta. Portanto, com segurança, pode-se inferir que a consistência da direção do voto é insensível ao grau de escolarização.

Tal não ocorre quando se introduz a variável nível de renda. Quando o eleitorado possui renda baixa, altera-se ligeiramente o percentual de consistência: da ARENA para mais, do MDB para menos; o oposto ocorre quando a renda é alta, aumentando o percentual de consistência do MDB e diminuindo o da ARENA. Mais importante é o fato de que, diferentemente do que ocorre com a escolarização, quando introduzidos a renda mantém-se a diferença percentual no caso de renda baixa (70 pontos) e reduz-se a diferença quando a renda é alta (63 pontos).

Em resumo, a consistência da direção do voto não é afetada pelo grau de escolarização, mas é afetada pelo nível de renda.

Tabela XVIII – Intenção do voto para vereador e para prefeito, segundo a escolaridade e segundo a renda: percentagens.

Prefeito → Vereador ↓	Escolaridade				Renda			
	Baixa		Alta		Baixa		Alta	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
ARENA	85	16	84	16	88	18	76	13
MDB	15	84	16	84	12	82	24	87
Total	26	32	68	118	50	89	34	46

Questão semelhante pode ser colocada em relação ao impacto de fatores políticos (partidário e familístico) da seleção de um candidato a prefeito na consistência da direção do voto. As tabelas XIX e XX apresentam os resultados da introdução de cada fator, separadamente, na relação inicial entre voto para prefeito e para vereador.

A primeira constatação tem a ver com o fato de que a importância atribuída ao aspecto partidário é relevante para o entendimento da questão da consistência da direção do voto na medida em que, para os eleitores que pouca ou nenhuma importância atribuem ao fato de o candidato ser do partido que apóie, é menor a consistência eleitoral. Vale observar que a diferença percentual entre as duas primeiras colunas da Tabela XIX é de 78 pontos “muito importante” e de apenas 72 pontos entre as duas últimas “pouco, ou

sem importância”. Tal não ocorre com o fator familístico (Tabela XX), onde as porcentagens relativas à consistência eleitoral são bem próximas daquelas obtidas na Tabela XVII.

Um segundo aspecto tem a ver com o fato de que o eleitorado da ARENA é, novamente, mais sensível ao apelo partidário do que o eleitorado do MDB: observe-se que a consistência ARENA-ARENA é maior no caso do fator partidário (92%) do que no do fator familístico (86%), e que a do MDB-MDB é maior no fator familístico (94%) que no partidário (86%), considerando, em uma e outra tabela, apenas o caso do eleitor que atribui importância ao fator em questão.

Um último aspecto que, de certa forma, resume a discussão feita, refere-se à comparação entre o impacto de fatores sócio-econômicos e o de fatores políticos (voto partidário e voto familístico) na compreensão da consistência eleitoral. A julgar pelo comportamento das diferenças percentuais, os fatores políticos considerados discriminam melhor o eleitor consistente do inconsistente que os indicadores de posição sócio-econômica, escolarização e renda.

Tabela XIX – Intenção do voto para vereador e para prefeito, segundo a importância atribuída a “candidato a prefeito ser do partido que apoia”: percentagens.

Prefeito → Vereador ↓	Muito importante		Pouco, sem importância	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB
ARENA	92	14	50	23
MDB	8	86	50	77
Total	(76)	(118)	(18)	(30)

Tabela XX – Intenção do voto para vereador e para prefeito, segundo a importância atribuída a “candidato a prefeito ser recomendado por familiares”: percentagens.

Prefeito → Vereador ↓	Muito importante		Pouco, sem importância	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB
ARENA	86	6	83	21
MDB	14	94	17	79
Total	(28)	(50)	(66)	(99)

4.2 – Participação Política: Experiência Anterior, Preferência Partidária e a Intenção do Voto

A participação nas eleições de 1976, embora tenha sido a primeira vez que um número apreciável de cidadãos se pronunciou eleitoralmente, certamente não foi a primeira experiência para a maioria dos eleitores. A familiaridade com os partidos, sua preferência por uma das agremiações, sobretudo quando ela já se manifestou, no passado, através do voto, são fatores que pré-condicionam a escolha de um partido ou de um candidato à Prefeitura. O interesse pela política, a importância atribuída ao voto, a identificação partidária e a experiência eleitor anterior são excelentes preditores do comportamento eleitoral.

É assim que os indivíduos que se interessam pela política mesmo fora da época de eleições (*muito, mais ou menos*) constituem-se exatamente naqueles que votariam mesmo se o voto não tivesse a natureza compulsória, como ocorre no Brasil. Já aqueles que não se interessam pela política fora do período eleitoral (aproximadamente 55%) se distribuem igualmente pelas categorias *sim* e *não* referentes a se votariam na ausência da compulsoriedade do voto. A Tabela XXI mostra como o interesse pela política condiciona o ato de votar: quanto maior o interesse, maior a disposição para votar, mesmo se o comparecimento às eleições não fosse obrigatório.

Tabela XXI – Votaria caso o voto não fosse obrigatório, e interesse por política fora do período eleitoral: percentagens. (*)

Votaria	Interesse por política		
	Muito:	Mais ou menos	Nenhum
Sim	83	75	49
Não	17	25	51
Total	(65)	(146)	(260)

* No caso de “votar mesmo se o voto não fosse obrigatório” excluem-se todos aqueles que não pretendem votar e os não-eleitores.

Observe-se, por outro lado (Tabela XXII), que a preferência pelo MDB é maior que a preferência pela ARENA tanto quando o entrevistado diz que votaria caso o voto não fosse obrigatório, como quando o entrevistado diz que não votaria caso não fosse obrigado a fazê-lo. Compreensivelmente, aqueles que não votariam caso o comparecimento às eleições não fosse compulsório tendem mais a se declarar *indecisos* quanto

à intenção do voto (9% entre os que não votariam e 5% entre aqueles que votariam). Aparentemente, como a diferença percentual entre os eleitores da ARENA é de 6 pontos percentuais e entre os eleitores do MDB é de 9 pontos percentuais, poder-se-ia pensar que as duas variáveis estão associadas. Nesse caso a eliminação da obrigatoriedade do voto favoreceria a um dos partidos. De fato, os dois indicadores não estão associados pois se eliminarmos da tabela os *indecisos*, os que declararam que iriam votar em branco ou anular o voto e aqueles que não iriam votar, a diferença percentual seria totalmente irrelevante, pois cairia para 1 ponto. Nesse caso, a disposição relativamente ao comparecimento às eleições, caso não fosse compulsório, não discrimina o eleitorado de um e outro partido.

A identificação partidária (“O senhor se considera da ARENA, do MDB, ou de nenhum dos dois partidos?”) é, de longe, o melhor preditor da intenção do voto (Tabela XXVIII). Tanto aqueles que se identificam com a ARENA quanto os que se identificam com o MDB revelam (86%) que pretendem votar em candidato a prefeito de seu partido. Já aqueles que declararam não ter nenhuma preferência partidária tenderiam, prioritariamente, a dar o seu voto ao MDB (30%), encontram-se *indecisos* (28%) e votariam na ARENA (22%). É ainda precisamente entre os que não têm preferência partidária que se concentram os votos brancos e nulos. Vale a pena observar que é bastante alto o número de entrevistados que não se identifica com partido algum (37% na amostra), fato em grande parte explicável pela artificialidade do atual sistema partidário.

Tabela XXII – Intenção do voto para prefeito, e se votaria caso o voto não fosse obrigatório: percentagens.

Voto para prefeito	Sim	Não
ARENA	34	28
MDB	52	43
Indeciso	8	19
Branco/nulo	5	9
Não vai votar	1	1
Total	207	135

* Ver observação na tabela anterior.

Essa relação entre intenção do voto e identificação partidária, se controlada pelo grau de escolarização, permanece no sentido indicado,

porém as diferenças percentuais passam a ser maiores quando o nível de escolarização é alto.

Tabela XXIII – Atenção do voto para prefeito e identificação partidária: percentagens. (*)

Voto para prefeito	Identificação Partidária		
	Arena	MDB	Nenhuma
ARENA	86	4	22
MDB	8	86	30
Indeciso	2	3	28
Nulo/Branco	2	3	14
Não vai votar	2	4	6
<i>Total</i>	<i>(88)</i>	<i>(140)</i>	<i>(123)</i>

* No caso da identificação partidária, excluem-se 13 casos em que a pessoa não soube ou não quis responder e mais os que não votam no município.

Os atuais partidos políticos, criados em 1965, já disputaram uma série de eleições; embora desde então toda sorte de empecilhos tenha sido criada para evitar que o partido de oposição assuma o comando de cargos executivos e mesmo faça maioria nas casas legislativas. A identificação partidária encontra-se, assim, no caso do MDB, sistematicamente vinculada ao fato de o MDB ser oposição. A identificação partidária com a ARENA, por outro lado, pode ser vista como identificação com o governo, pelo menos de um ponto de vista formal, quando mais não seja porque toda a mensagem da propaganda política e eleitoral do governo vai no sentido de fortalecer essa identificação. Caso típico foi a campanha da ARENA em Niterói, procurando ressaltar as realizações do governo federal.

Questão interessante consiste em verificar desde quando aqueles que declararam se identificar com um dos atuais partidos preferem uma ou outra agremiação (Tabela XXIV). É assim que 42% preferem um dos partidos desde sua criação, 17% passaram a preferi-lo entre 1965 e 1974, 19% em 1974 e 22% em 1976. O que estes dados revelam pode parecer trivial, mas é bastante importante: o percentual de identificação com algum dos partidos aumenta ao longo do tempo, indicando que para grande parte do eleitorado a identificação partidária é um processo resultante de sua convivência com o sistema partidário, por mais artificial que este se revele. Esse fato pode ser verificado pela análise das diferenças percentuais nas três primeiras linhas da tabela, revelando que a ARENA, entre 1965 e 1974, teve seu eleitorado

potencial reduzido, recuperando-se entre 1974 e 1976. O contrário ocorre, obviamente, com o MDB, enquanto o percentual de indecisos declinou ligeiramente ao longo de todo o período.

Tabela XXIV – Intenção do voto para prefeito, e época em que passou a preferir o partido: percentagens. (*)

Voto para prefeito	Época da preferência partidária			
	Desde 1965	Entre 65 e 74	Em 1974	Em 1976
ARENA	38	28	29	38
MDB	48	63	65	58
Indeciso	6	5	2	0
Nulo/branco	3	2	4	2
Não vai votar	5	2	0	2
<i>Total</i>	<i>104</i>	<i>43</i>	<i>48</i>	<i>55</i>

* Quanto à época em que passou a preferir o partido excluem-se aqueles que não têm preferência (151), que não se lembram (39) e que não responderam (6).

Dentro dessa dinâmica; a comparação do voto para senador em 1974 com a intenção do voto em 1976 vem apenas confirmar em primeiro lugar, a importância da identificação partidária como preditor do voto e, em segundo lugar, a natureza crítica das eleições de 1974, dada a importância dos cargos em disputa. De maneira geral, o voto dado a Saturnino Braga, candidato eleito ao senado em 1974, re- produz-se em 1976 como um voto para o MDB, o mesmo ocorrendo com o voto dado a Paulo Torres, da ARENA. Curioso é o fato de que a deserção partidária, ou seja, a percentagem de eleitores que trocam de partido de 74 para 76, é praticamente a mesma nos dois partidos (17% no MDB e 18% na ARENA.)

Além disso, a percentagem de *indecisos* entre os eleitores de Paulo Torres é maior que a de *indecisos* entre os eleitores de Saturnino; a maioria (48%) daqueles que votaram em branco ou anularam o voto, ainda que seu número seja pequeno, indicaram que, novamente, votariam em branco ou anulariam o voto em 76; entre aqueles que não se lembram como votaram em 74, número bastante alto, quase a metade, declarou pretender votar no MDB em 76.

Tabela XXV – Intenção do voto para prefeito e voto para senador em 1974: percentagens (*)

Voto para prefeito	Voto para senador em 1974			Não se lembra
	Saturnino Braga	Paulo Torres	Branco/nulo	
ARENA	17	68	10	24
MDB	72	18	32	46
Indeciso	5	14	5	23
Branco/nulo	5	0	48	6
Não vai votar	1	0	5	1
<i>Total</i>	<i>(92)</i>	<i>(68)</i>	<i>(19)</i>	<i>(100)</i>

* Quanto ao voto para senador em 1974 excluem-se aqueles que se recusaram a responder (15), e os que não votaram por qualquer razão (226).

Os indicadores de participação política que analisamos até aqui (experiência eleitoral, interesse pela política e preferência partidária) certamente revelaram-se úteis para discriminar o eleitorado. Cabe agora verificar em que medida eles se associam à intenção de voto. Essa análise deve considerar o grau de escolarização do eleitor, tendo em vista que a educação revelou-se como o melhor indicador sócio-econômico da intenção do voto e, além disso, que ela é mecanismo através do qual preferências, interesses, informações, atitudes e valores individuais se estruturam.

Tabela XXVI – Intenção do voto para prefeito e interesse pela política, segundo a escolaridade: percentagens.

Interesse por política →	Escolaridade					
	Partido ↓	Baixa			“Alta”	
		Pouco	Mais ou menos	Muito	Pouco	Mais ou menos
ARENA	44	28	25	32	37	42
MDB	40	61	75	51	55	53
Indecisos	16	11	0	17	8	5
<i>Total</i>	<i>(55)</i>	<i>(18)</i>	<i>(8)</i>	<i>(133)</i>	<i>(64)</i>	<i>(19)</i>

A relação entre intenção de voto e interesse pela política, se controlada pelo grau de escolarização, revela um comportamento extremamente interessante. Em primeiro lugar, ressalte-se que a preferência pelo MDB é nítida quando a escolarização é baixa (diferenças percentuais de 16 pontos entre o 1º e 2º. grupos e de 3 pontos entre o 2º e o 3º). No

entanto, quando a escolarização é alta o efeito do interesse pela política não é absolutamente claro (diferenças percentuais de 5 pontos). As porcentagens de *indecisos* declinam sistematicamente tanto quando a escolarização é baixa como quando ela é alta.

Sendo assim, o interesse pela política só discrimina o eleitorado dos dois partidos quando a escolarização é baixa. No entanto, se eliminarmos da análise *os indecisos*, o efeito do nível de escolarização e do interesse pela política toma-se mais nítido quando a escolarização é baixa; as diferenças percentuais são mais altas que na Tabela acima: 19 e 8 pontos entre o 1º e o 2º grupos, e entre o 2º e o 3º, respectivamente. Quando a escolarização é alta, as diferenças atingem 2 e 4 pontos, menos ainda que o obtido na mesma Tabela. Em resumo: excluídos os indecisos, quanto maior o interesse pela política, maior a probabilidade de o eleitor preferir o MDB, no caso de baixa escolarização. Quando a escolarização é alta, maior o interesse pela política, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA.

Se consideramos o voto para senador em 1974 e a intenção do voto em 1976 controlando, novamente, o grau de escolarização (Tabela XXVII), observa-se que existe consistência do voto nas duas legendas, isto é, na tendência ao voto ARENA-ARENA e MDB-MDB, porém a consistência é maior dentre o eleitorado com escolarização alta que dentre o eleitorado com menor escolarização. Observe-se, ainda, que o percentual de *indecisos* em 1976 é maior dentre o eleitorado que votou em Paulo Torres para senador em 74 do que no eleitorado que votou em Saturnino.

Tabela XXVII – Intenção do voto para prefeito e voto para senador em 1974, segundo a escolaridade; percentagens (*)

Voto para senador em 1974 →	Escolaridade			
	Baixa		Alta	
Voto para prefeito ↓	Saturnino Braga	Paulo Torres	Saturnino Braga	Paulo Torres
ARENA	25	64	14	69
MDB	67	18	80	18
Indecisos	8	18	6	13
<i>Total</i>	<i>(12)</i>	<i>(17)</i>	<i>(72)</i>	<i>(51)</i>

* Escolarização baixa refere-se àqueles que têm até o curso primário completo (4ª série do atual 1º grau) e alta aos que têm mais que o primário completo.

Em qualquer dos dois casos – escolarização alta e baixa – a consistência é, aparentemente, maior no eleitorado do MDB. A observação de que a consistência do voto entre emedebistas é maior do que entre arenistas não prevalece se excluirmos da análise os *indecisos*; as diferenças percentuais neste caso são agora ainda maiores, evidenciando com mais nitidez a consistência da direção do voto nas duas eleições.

Se recuamos no tempo, na tentativa de verificar a relação entre a preferência partidária anterior a 1965, portanto na vigência do multipartidarismo, e a intenção do voto em 1976, observa-se, por um lado, que a memória da preferência é muito baixa e, por outro, que a maior parte dos entrevistados não tinha preferência por nenhum dos partidos (Tabela XXVIII). Este fato não é de se estranhar, dado que a socialização política de grande parte do eleitorado ocorreu no período pós-1964. Basta dizer que o eleitorado de 1976 com 30 anos ou menos tinha no máximo 18 anos em 1964.

A maioria daqueles que declararam preferência por algum partido mencionou o PTB, a UDN e o PSD, exatamente os partidos que em 1962 tinham maior penetração junto ao eleitorado fluminense (Vide Tabela II).

Tabela XXVIII – Intenção do voto para prefeito e preferência partidária no sistema multipartidário: percentagens (*)

Voto para prefeito	Preferência partidária antes de 1965				Não declararam preferência
	PTB	PSD	UDN	Outros *	
ARENA	25	47	56	0	35
MDB	75	54	44	100	79
Total	55	19	34	3	114

* PSP, um caso e PDC, 2 casos.

Fica claro que a preferência pelo MDB é grande entre os eleitores do antigo PTB e dos pequenos partidos populistas-reformistas (PDC e PSP), enquanto o eleitor da UDN prefere a ARENA.

Se classificamos os antigos partidos em conservadores (UDN e PSD) e populistas/reformistas (PTB, PDC e PSP), fica bastante claro que o eleitorado da ARENA que tinha alguma preferência antes de 65 se constitui, em sua maioria, de antigos eleitores de partidos conservadores e

que, naturalmente, o eleitorado do MDB se constitui principalmente de eleitores dos antigos partidos populistas/reformistas.

Aparentemente, tais resultados coincidem com a impressão generalizada de que a força do MDB vem do PTB, a da ARENA, da UDN, e de que o antigo PSD tanto contribui para a formação do MDB quanto da ARENA. A instituição da sublegenda e o uso que dela se tem feito vem apenas corroborar essa impressão, permitindo a convivência no bipartidarismo das forças políticas mais influentes do antigo regime multipartidário que sobreviveram no período pós-64.

5 – Articulação de interesses e distribuição de posições ideológicas

Na seção anterior, viu-se que a posição na estrutura social e a participação política, expressas em um conjunto de indicadores sócio-econômicos e políticos, condicionam a intenção do voto. A participação política *latu sensu* veio também mostrar que a convivência com os partidos e a experiência eleitoral anterior, particularmente o efeito catalisador das eleições de 74, representam excelentes preditores da intenção do voto.

5: 1 – Avaliação do governo e a intenção de voto

Vejam agora a forma pela qual o eleitor articula problemas de, ordem geral, particularmente a avaliação que faz de governo, com a problemática mais imediata do seu dia a dia, como por exemplo a prestação de serviços urbanos dos quais ele não pode prescindir.

O fato é que o governo federal, principalmente através do presidente da República, empenhou-se em imprimir um caráter municipalista ao pleito de 76. O que quer isto dizer? O objetivo básico consistiu em evitar (e aí permanecia o espectro de 1974, quando o MDB saiu vitorioso através do questionamento da ordem política) que as campanhas abordassem questões políticas diretamente relacionadas com o regime vigente.

Nesse sentido, a Lei Falcão, impedindo a propaganda política pelo rádio e pela televisão, deveria produzir como efeito imediato campanhas em que predominassem os temas e problemas locais. A ARENA, em Niterói, acostumada a exercer o poder por 12 anos sem maiores objeções populares, evitou durante a campanha tratar de questões políticas relacionadas ao regime. Limitou-se, de fato, a elaborar e distribuir um panfleto (*Por quê?*) em

que chamava a atenção, para o desempenho do governo federal e para as grandes realizações nacionais, na expectativa de que a satisfação popular com o governo federal fosse o suficiente para angariar seu apoio. Já o candidato vitorioso, com apoio maciço da máquina partidária oposicionista, conduziu sua campanha de forma tal a articular as preocupações locais referentes à administração municipal com as questões mais gerais que dizem respeito ao modelo político econômico vigente: Frustrou-se, assim, a expectativa federal, que de resto, só teria validade se as administrações locais, normalmente situacionistas, em pouco ou nada pudessem ser reprovadas.

Cerca de 70% dos eleitores consideraram uma boa medida a proibição de os candidatos falarem pelo rádio e pela televisão, embora a condenação da Lei Falcão fosse bastante mais frequente no eleitorado do MDB (em uma proporção de quase 3 para 1). O próprio envolvimento do presidente Geisel na campanha – e ele veio a Niterói durante o período para inaugurar obras – discrimina bastante bem o eleitorado de um e outro partido, concentrando-se aqueles que discordam da participação presidencial no MDB, e os favoráveis, na ARENA. Até que ponto, no entanto, a tentativa de evitar que temas políticos gerais fossem tratados na campanha municipal afetou a intenção do voto? Até que ponto a avaliação do desempenho do setor governamental condicionou a intenção do voto?

Tomando a avaliação do governo Geisel, teríamos que concluir que 63% dos entrevistados consideraram que o presidente da República está fazendo um governo *ótimo* ou *bom*, enquanto apenas 10% são de opinião de que ele está fazendo um governo *ruim* ou *péssimo* e os demais (27%) avaliam o governo em *mais* ou *menos*. Apesar da tendência pela avaliação positiva, observa-se que quanto pior a avaliação, feita, maior a probabilidade de o eleitor dar o seu voto ao partido de, oposição, como é natural.

Tabela XXIX – Intenção do voto para prefeito e avaliação do governo Geisel: percentagens. (*)

Voto para Prefeito	Avaliação do governo Geisel		
	Ótimo, bom	Mais ou menos	Ruim, péssimo.
ARENA	54	18	13
MDB	46	82	87
Total	(166)	(70)	(31)

* A avaliação (do governo Geisel exclui os casos em que o entrevistado declarou não saber se recusou a responder e os indecisos.

O fato é que a tentativa de emprestar às eleições um cunho eminentemente local se frustrou, pois questões de natureza nacional não podem ser mecanicamente (ou por decreto) afastadas do cálculo político do eleitor, quando mais não fora porque a crítica ao regime não esteve ausente, como se viu, da campanha política local. Na tentativa de articular a percepção do eleitor relativamente ao desempenho dos diversos níveis do governo elaborou-se a tabela que se segue.

Tabela XXX – Avaliação do governo pelos diversos níveis, percentagens. (*)

Nível de governo	Ótimo, bom	Mais ou menos	Ruim, péssimo.	Total
Federal: Ernesto Geisel	63	26	11	(565)
Estadual: Faria Lima	55	31	14	(482)
Municipal: Ronaldo Fabrício	49	34	17	(452)

* Excluem-se no caso do governo estadual 106 casos, e no municipal 136 casos de respostas não sabe e de recusa a responder. Para o governo Geisel, ver observação na Tabela XXIX.

É patente que o grau de descontentamento aumenta à medida que o nível de administração encontra-se mais próximo das questões que têm a ver com o dia a dia das pessoas. É assim que a insatisfação com a administração do prefeito (nomeado) Ronaldo Fabrício é maior que a insatisfação com o governo do Almirante Faria Lima que, por sua vez, é maior que com o governo do General Geisel.

De fato, questões tais como a avaliação da situação do país e a avaliação do governo Geisel, ainda que tendam a ser favoráveis, discriminam bastante bem o eleitorado oposicionista do situacionista. Quando se chega, no entanto, à avaliação dos serviços de infraestrutura, índice que envolve a avaliação específica de uma série de serviços urbanos na área de competência da administração pública municipal (água, luz, esgoto, transportes, etc.), observa-se ser grande a insatisfação popular com a administração local.

Supõe-se, assim, que o eleitor, embora mais satisfeito com administrações mais distantes do seu dia a dia, menos visíveis, pronuncia-se contra a administração municipal quando insatisfeito com seu desempenho. Neste sentido, pode-se dizer que as eleições tiveram um caráter acentuadamente municipalista, ou seja, o prestígio da administração federal e estadual, o empenho de Geisel na campanha, a avaliação positiva do país

nos últimos tempos – fatores obviamente extramunicípio – não tiveram impacto suficiente para dar a vitória ao partido situacionista. Pelo contrário, os resultados aqui discutidos e a análise da campanha do candidato vitorioso mostram que temas locais e a crítica ao regime político vigente forneceram o substrato político que se consubstanciou no apoio ao MDB.

Tabela XXXI – Índice de avaliação dos serviços urbanos. (*)

Avaliação	N	%
Ruim	138	23
Mais ou menos	292	50
Bom	158	27
Total	588	100

* Trata-se de índice somatório simples, com base nas respostas aos itens mencionados na Tabela XXXII.

A Tabela XXXII reproduz a avaliação feita com relação a cada um dos itens de que se compõe o índice antes referido.

Tabela XXXII – Avaliação do setor público municipal; diversos itens; percentagens *

Questões	Muito bom	Bom	Mau	Não há	Total
Transporte coletivo	32	52	13	3	(572)
Iluminação das ruas	20	62	12	6	(578)
Limpeza e remoção do lixo	17	55	18	10	(575)
Fornecimento de água	18	53	29	6	(582)
Conservação das ruas	9	45	37	9	(578)
Serviço de esgoto	8	40	39	13	(577)

* Excluem-se apenas casos em que o entrevistado respondeu não sabe ou se recusou a responder em um total de 16, 10, 13, 6, 10 e 11 casos em cada uma das questões, respectivamente.

Estamos, assim, diante de uma situação em que, por um lado, o grau de satisfação com o governo Geisel, embora ligeiramente maior do que com a administração estadual e municipal, discrimina bem o eleitorado. Por outro lado, a insatisfação com serviços públicos municipais é bastante alta em algumas questões e baixa em outras. Resta, assim, verificar em que medida a satisfação com os governos estadual e municipal discriminam o eleitorado, e como a satisfação com serviços públicos, municipais ou não, se associa à intenção do voto.

A Tabela XXXIII demonstra que a avaliação do governo estadual e do municipal discrimina o eleitorado dos partidos, no sentido de que quanto pior a avaliação feita maior a probabilidade de o eleitor preferir o partido de oposição, tendência igualmente observada na avaliação do governo federal (Tabela XXIX).

Tabela XXXIII – Intenção do voto para prefeito e avaliação do governo estadual e municipal.

Voto para prefeito	Governo estadual			Governo municipal		
	Ótimo Bom	Mais ou menos	Ruim Péssimo	Ótimo Bom	Mais ou menos	Ruim Péssimo
ARENA	51	30	21	53	32	15
MDB	49	70	79	47	68	85
Total	(127)	(78)	(29)	(107)	(86)	(39)

Vale dizer, assim, que a avaliação dos três níveis de governo esteve presente no cálculo político do eleitor para a escolha de seu candidato a prefeito.

Tabela XXXIV- Percentagens de votos emedebistas segundo a avaliação de serviços municipais.

Serviços	Avaliação	
	Bom e razoável	Mau, não há
Fornecimento de água	59	64
Transporte coletivo	60	65
Iluminação de ruas	59	67
Serviço de esgoto	55	67
Limpeza e remoção do lixo	57	71
Atendimento médico	57	71
Conservação de ruas	54	69

O impacto da avaliação dos serviços municipais na intenção do voto, observável na Tabela XXXIV indica que, à exceção do fornecimento de água e do transporte coletivo (onde as diferenças percentuais são de apenas 5 pontos), todos os demais itens discriminam bastante bem o eleitorado dos dois partidos, particularmente os serviços de limpeza e remoção do lixo, atendimento médico através dos postos municipais de saúde, conservação das ruas e serviço de esgoto.

O mesmo vai ocorrer com a avaliação de serviços e políticas públicas que não estão diretamente afetos à administração local, como se verifica na

Tabela XXXV, onde o policiamento da cidade, a escola primária e o atendimento médico através do INPS revelam-se como os itens que melhor discriminam o eleitorado. Novamente, lendo a tabela horizontalmente, observa-se que quanto maior a insatisfação com o serviço, maior a incidência de votos emedebistas. Naturalmente, tanto no caso da Tabela XXXIV, quanto na Tabela XXXV, o inverso ocorre com o eleitor da ARENA cujas percentagens são exatamente o complemento das percentagens apresentadas nas duas tabelas.

Em resumo, a avaliação dos três níveis da administração pública e de serviços públicos municipais e pertencentes a outras esferas do setor público esteve presente no complexo de fatores que orientam a escolha do eleitor de um candidato a prefeito e do partido. Nesse sentido, o pleito pode ser visto como tendo apresentado um caráter plebiscitário, como pretendeu o presidente da República; porém, questões que dizem respeito ao dia a dia do eleitor estiveram igualmente presentes em seu cálculo político.

Tabela XXXV – Percentagens de votos emedebistas, segundo a avaliação de serviços e políticas públicas em geral.

<i>Serviços/Políticas</i>	Avaliação		
	<i>Muito bom</i>	<i>Mais ou menos</i>	<i>Mau</i>
Custo de vida	47	49	67
Casa própria (BNH)	49	58	76
Policiamento da cidade	44	60	68
Escola primária	43	62	75
Atendimento médica através do INPS	37	63	73

5.2 – Percepção dos Partidos e Consistência Ideológica

A questão que ora nos preocupa pode, de forma sintética, ser ainda colocada: como o eleitor articula seus interesses, atitudes e motivações, tendo em vista as possibilidades de escolha que lhe oferece o sistema partidário vigente? Naturalmente, a consequência direta dessa articulação é a identificação partidária, conforme já se discutiu. No entanto, entre as motivações individuais e a identificação partidária se interpõe todo um processo de percepção do sistema partidário que, em última instância, procura dar, resposta à seguinte questão: que partido expressa melhor as preferências políticas individuais?

Nos parágrafos seguintes essa questão será tratada através da busca sistemática de resposta às seguintes questões: até que ponto o eleitor percebe diferenças entre as atuais agremiações políticas? Como se articulam as diversas preferências e opiniões do eleitor referentes a itens, que compõem a agenda política da nação? Se é possível detectar uma posição ideológica do eleitor, que posição é essa? Como se distribuem as posições ideológicas na estrutura social? Como se distribuem, ainda, entre emedebistas e arenistas?

Aproximadamente 62% do eleitorado entrevistado percebem que existem diferenças entre os dois partidos, porém a percepção de diferenças entre os partidos, considerando apenas aqueles que indicaram candidato ou partido em que votariam para prefeito, não discrimina o eleitorado de um outro partido.

A questão de se perceberem ou não diferenças entre os partidos, agora de forma direta, encontra substancial apoio nos dados da Tabela XXXVI, em que se procura comparar a posição do entrevistado em relação a alguns problemas políticos da atualidade com a percepção que ele possui de qual é a posição dos dois partidos políticos. Ressaltam dessa comparação os seguintes aspectos: em primeiro lugar, as diferenças existentes entre a posição dos dois partidos é bastante acentuada, a julgar apenas pela posição favorável ao item proposto. A diferença percentual mínima é de 15 pontos, no caso da questão sobre o aumento do controle das empresas estrangeiras, e a máxima é de 57 pontos, no item que indica maior concordância com o voto direto.

Em segundo lugar, observa-se que a posição dos entrevistados é muito mais próxima, como era de se esperar (já que a tendência do eleitorado é em direção ao MDB), daquilo que a maior parte do eleitorado percebe como sendo a posição do partido oposicionista. Esse fato ocorre em três das questões propostas, excetuando-se a questão sobre favorecer a concessão do direito de voto ao analfabeto, caso em que a maioria dos entrevistados encontra-se mais próxima da percepção da posição do partido situacionista. De toda forma, entre as quatro questões propostas é essa exatamente aquela que tem sido menos visível, menos discutida na agenda política da atualidade brasileira. E o que é mais importante: os partidos políticos sobre ela não têm se pronunciado.

Tabela XXXVI – Opinião do entrevistado sobre questões políticas e percepção da opinião dos partidos sobre as mesmas questões: percentagens.

Questões	Entrevistado	Percepção da ARENA	Percepção do PMDB
Opinião sobre voto direto: concorda mais com o voto direto	78	36	93
Opinião sobre voto do analfabeto: dar o direito ao voto	57	48	73
Opinião sobre aumentar salários: é hora de aumentar	85	54	89
Opinião sobre controle das empresas estrangeiras: o governo deveria controlar mais	80	68	83

A questão que se segue tem a ver com a possibilidade de se detectarem posições ideológicas no eleitorado e, em caso afirmativo, como se distribuem pela estrutura social e pelos dois partidos existentes. Na tentativa de buscar essas posições, selecionamos 14 perguntas relativas a temas da atualidade brasileira, temas de natureza essencialmente política, como se vê pela Tabela XXXVII. Indica-se também a percentagem de entrevistados favoráveis ou positivas às questões tal como enunciadas na tabela.

Uma rápida inspeção pelos itens acima mencionados permite verificar que, à exceção de umas poucas questões, a maioria se refere a problemas que fazem parte da agenda política da atualidade brasileira, representando aspectos institucionais contra os quais a oposição no Brasil tem se batido. Inegavelmente, assim podem ser vistas questões como a preferência pelo voto direto, a existência da Lei Falcão, a natureza democrática ou não do país, a necessidade ou abolição do Ato Institucional nº 5, a participação dos militares na política, a concessão do voto ao analfabeto, a capacidade do povo para votar bem e até mesmo a participação de Geisel na campanha eleitoral de 1976. Entre estas, saliente-se, todas elas, à exceção das três últimas, possuem natureza programática na medida em que a oposição no Brasil, inclusive o MDB, toma posição contra a Lei Falcão, o AI-5, a favor de eleições diretas, pela redemocratização do país e por maior participação política.

Tabela XXXVII – Opiniões favoráveis a questões políticas: percentagens.

Questões políticas	Opiniões favoráveis
Aumento de salários	85
Controle maior de empresas estrangeiras pelo governo	80
Voto direto	78
Partidos prestam bons serviços	71
Lei Falcão como boa medida	70
Crescimento das empresas do governo	70
Brasil ser um país democrático	61
Necessidade do AI-5	61
Participação dos militares	58
Concessão do voto ao analfabeto	56
Capacidade do povo para votar bem	53
Eleição de 1976 ter sido como qualquer outra	51
Participação de Geisel na campanha	38
Importância de o governo ser eleito	22

As percentagens acima indicadas devem ser vistas com cuidado, pois representam tão somente a posição dos entrevistados sobre cada tema isoladamente; nada nos dizem sobre quem é o entrevistado e como essas questões se articulam.

Alguns itens, no entanto, embora façam parte da agenda política *latu sensu* não possuem caráter tão nitidamente oposicionista ou não se encontram tão claramente vinculados ao regime político vigente, ou ainda são questões que dificilmente discriminariam o eleitorado oposicionista do eleitorado situacionista. Nesse caso encontram-se as seguintes questões: a oportunidade de se aumentarem já os salários, o maior controle de empresas estrangeiras, a questão de se os partidos prestam bons serviços, o crescimento das empresas do governo, a opinião sobre se a eleição de 1976 seria como qualquer outra e a importância de o governo ser eleito *versus* a eficiência do governo.

A primeira questão que nos preocupa refere-se à discussão sobre a consistência ideológica, vale dizer, em que medida tais indicadores latitudinais de opinião em relação a questões políticas da atualidade se articulam entre si. O exame que a seguir se faz é extremamente simples, pois trata, apenas, de verificar em que medida pares de opiniões encontram-se associados. Examinando-se todos os pares possíveis de associação em grupos do eleitorado, ou seja, dentro do eleitorado da ARENA e do MDB dentro do grupo de eleitores com escolarização baixa e com escolarização alta, observa-se que o número máximo de associações é igual a 90 em cada

grupo. A Tabela XXXVIII mostra o número de associações significativas a 5% e 10%, tomando-se como coeficiente de associação de χ^2 .⁷

Tabela XXXVIII – Número de associações significativas entre 14 indicadores de opinião. (*)

Grupos	Número de associações a 5%	Número de associações a 10%	Número máximo de associações
Eleitorado arenista	23	27	90
Eleitorado emedebista	28	34	90
Eleitorado com baixa escolarização	17	27	90
Eleitorado com alta escolarização	49	52	90

* Os indicadores a que se refere o quadro estão listados na Tabela XXXVII.

O primeiro aspecto a ser salientado refere-se ao número extremamente abaixo de associações encontradas, tendo em vista o número máximo de associações dentro de cada grupo, se se toma cada par possível de questões. Obviamente, o que tais resultados indicam é que a previsibilidade da posição do entrevistado em determinada questão, conhecendo-se sua posição em algum outro item, é extremamente baixa, o que equivale a dizer que a consistência ideológica no eleitorado, nos termos aqui entendidos, é bastante baixa⁸. Apesar disso, observa-se que o número de associações obtidas no grupo de eleitores: com alta escolarização é alto, embora a diferença entre o eleitorado de um e outro partido seja negligenciável.

Uma segunda forma de se avaliar a consistência ideológica e, simultaneamente, medir a intensidade das associações encontradas é buscar pares de associações e medir a intensidade da associação, ao invés de fazê-lo da forma indiscriminada como se fez anteriormente. Ao invés de tomar quaisquer pares de questões, tratei de organizar os itens segundo uma dimensão que, embora genérica, permitisse classificá-los.

Nesse sentido, 12 entre os 14 itens foram organizados em 3 grupos, a saber: regime econômico (aumento de salários, crescimento das empresas estatais e controle das empresas estrangeiras); regime político (participação dos militares, Ato Institucional nº 5 e natureza democrática do país); e, finalmente, participação política (Lei Falcão, voto direto, capacidade do povo para votar, voto do analfabeto, se os partidos prestam bons serviços e importância de o governo ser eleito). Dois itens – participação de Geisel na campanha e importância das eleições de 1976 – foram eliminados dada sua interpretação ambígua tendo em vista a classificação adotada. A distinção entre itens relativos à participação política e ao regime foi feita com base na centralidade programática dos itens e de forma a permitirem discriminar os dois partidos. Nesse caso, por exemplo, pode-se supor que o voto direto não possuiria a mesma centralidade que o AI-5.

Visando verificar a ocorrência de associações dentro de cada subconjunto de itens, por grupos do eleitorado, observou-se que entre os itens relativos ao regime ocorre o maior número de associações (9 em um total possível de 12), seguido pelo conjunto relativo à participação política (25 em 60) e pelo grupo relativo a questões econômicas (apenas 2 em 12).

O aspecto mais importante, no entanto; tem a ver com a intensidade da associação de pares de itens dentro de cada conjunto. O cálculo do coeficiente *fi* veio revelar que a associação é, em geral, bastante baixa, conseqüentemente, a consistência ideológica, vista como previsibilidade de opiniões entre itens que porventura pertençam a um mesmo conjunto político, é também bastante baixa⁹. Uma exceção refere-se ao conjunto de itens relativos ao regime, a saber, participação dos militares na política, necessidade do AI-5 e natureza democrática do país que, (ao contrário dos outros dois conjuntos, onde o coeficiente *fi* variou de 0,10 a 0,30) apresentou coeficientes em geral superiores a 0,30. Tais associações merecem assim uma análise mais detida (Tabela XXXIX).

O que se observa é que a força da associação entre os pares de itens da tabela é maior entre eleitores com escolarização alta, o que não é de todo surpreendente, já que a escolarização apresenta-se exatamente como o mecanismo que estrutura opiniões e atitudes. Nestes termos, o exame da

⁷ Para uma discussão dessa medida de associação e testes de hipóteses ver HAYS, William, *Statistics for Psychologists*. Nova York: Holt, 1963, pp. 337-351.

⁸ A noção de consistência ideológica coincide com a de “estruturação” ideológica usada por Lamounier (ver nota 21 de seu artigo, neste volume).

⁹ O coeficiente *fi* foi calculado com base em sua relação com o χ^2 no caso da Tabela 2 x 2. Ver HAYS, *op. cit.* pp. 604-606.

consistência ideológica do eleitorado, que até o momento se revelou extremamente baixa, aparece de forma razoavelmente estruturada, pelo menos nas questões que mais de perto, dentro do elenco de opiniões pesquisadas, representam a essência do autoritarismo no Brasil contemporâneo.

Tabela XXXIX – Coeficientes de associação ϕ entre indicadores de opinião por grupos do eleitorado.

Itens	Educação		Partido	
	Baixa	Alta	ARENA	MDB
Participação dos militares e AI-5	–	0,622	0,438	0,338
Participação dos militares e natureza democrática do país	0,276	0,431	0,328	0,266
AI-5 e natureza democrática do país	–	0,571	–	0,436

A mesma tendência se mostra na comparação entre o eleitorado da ARENA e o do MDB: aparentemente, as questões se encontram vinculadas de tal forma, entre os arenistas, que nos leva a crer que a consistência ideológica entre os que apóiam o partido do governo é maior do que a consistência observada entre os emedebistas.

A análise que vimos de fazer deve ser vista com cuidado, na medida em que ela não se pode inferir qualquer tomada de posição política dos grupos aqui referidos. Em outras palavras, não se pode, apenas com os resultados acima, inferir o sentido da associação entre os itens em questão.

5.3 – Fragmentação do Apoio Eleitoral e Oposição ao Sistema

Tendo em vista os resultados obtidos na seção anterior, a questão que ora nos preocupa tem uma dimensão dupla: por um lado, avaliar como se distribuem pelo eleitorado dos dois partidos posições políticas anti e pró-sistema na atualidade brasileira; por outro, verificar o grau de polarização das opiniões dentro do eleitorado de cada partido. Dos 14 itens inicialmente analisados, tomaremos apenas 8, por duas razões diferentes. Uma delas nos leva a excluir as questões relativas ao crescimento das empresas estatais, ao maior controle das empresas estrangeiras e à opinião sobre a importância de o governo ser eleito, dado que tais itens pouco discriminam o eleitorado dos dois partidos e são questões não claramente vinculados ao regime político vigente. Os itens relativos a “se os partidos prestam bons serviços”, à participação de Geisel na campanha eleitoral e à importância das eleições de

76 são ambíguos, tendo em vista a análise de uma postura pró ou antissistema, preocupação igualmente presente nessa seção.

A Tabela XL reproduz as diferenças percentuais, item por item, para os dois partidos, entre a opinião favorável ao sistema e a opinião desfavorável. Todas as 8 questões consideradas implicavam a possibilidade de se dar uma terceira resposta (discorda de ambas as formulações propostas, sendo uma favorável e a outra desfavorável), foi abandonada tendo em vista os propósitos desta análise. As diferenças percentuais podem assim ser consideradas sob dois aspectos: em primeiro lugar, quanto menor o seu valor, maior a fragmentação da opinião entre os eleitores. Em segundo lugar, as diferenças percentuais foram calculadas de forma tal que um sinal negativo implica em posição antissistema e, naturalmente, o sinal positivo em uma postura pró-sistema.

Naturalmente, a expectativa básica é a de que as posições pró-sistema sejam mais frequentes no eleitorado da ARENA do que no eleitorado do MDB. De fato, essa expectativa se confirma, na medida em que o eleitorado da ARENA em 3 itens se manifesta de forma antissistema: voto direto, capacidade do povo para votar e a questão relativa à necessidade de se aumentarem já os salários, questões dificilmente identificáveis com programas ou com a pregação partidária no país. Naturalmente, o emedebista toma posição de forma antissistema em todos os itens, exceto quanto à Lei Falcão e quanto à natureza democrática do regime, caso em que a fragmentação do eleitorado do MDB é a mais evidente entre todos os itens considerados¹⁰.

Considerando o valor da diferença percentual, o que se observa é uma tendência do eleitorado arenista a ser mais coeso em sua posição de sustentação do sistema vigente do que a do MDB em sua posição antissistema. Nesse sentido, apenas na defesa do voto direto e na questão do aumento imediato dos salários é que o eleitorado do MDB se encontra bastante coeso, embora nítida sua posição antissistema (diferença percentual igualou superior a 60 pontos).

¹⁰ A análise feita da fragmentação/coesão do eleitorado de um e outro partido é semelhante ao trabalho desenvolvido por Luiz Henrique Bahia em sua tese de mestrado, *Reforma Constitucional e Ordem Autoritária: Opinião Política do Congresso Nacional*. (8ª Legislatura), Rio de Janeiro: IUPERJ, novembro de 1977, particularmente o capítulo V. O autor, no entanto, em seu *survey* de elite encontra o MDB mais coeso que a ARENA.

Curiosamente, os emedebistas encontram-se mais fragmentados exatamente naquelas questões que têm sido vistas como essenciais para a sustentação do atual regime: participação dos militares na política, necessidade do AI-5 (sinal negativo a ambos) e na natureza democrática do país (sinal positivo).

Tabela XL – Diferenças percentuais entre atitudes pró e antissistema em itens selecionados, por identificação partidária.

Questão	ARENA	MDB
Necessidade do AI-5.	74	-4
Participação dos militares na política	70	-8
Lei Falcão	66	20
Natureza democrática do país	60	4
Concessão do voto ao analfabeto	2	-26
Capacidade do povo para votar bem	-10	-24
Voto direto	-22	-84
Aumento imediato dos salários	-64	-92

Nesta última seção exploraram-se sistematicamente as seguintes questões. Em primeiro lugar, qual a importância da avaliação do governo na determinação da direção do voto, incluindo questões relativas à avaliação geral dos três níveis de governo e à prestação de serviços, municipais ou não; e envolvendo questões de políticas públicas específicas. Investigou-se, a seguir, a percepção que o eleitor tem dos partidos e a consistência ideológica, entendida como força de associação entre questões que têm a ver com a ordem política vigente. Finalmente analisou-se a fragmentação do apoio eleitoral e a oposição ao sistema prevalecente.

No primeiro caso, observou-se que a intenção de voto foi condicionada pela avaliação que o eleitor fez tanto dos diversos níveis da administração, quanto da qualidade da prestação de serviços, na maior parte das questões consideradas: quanto pior a avaliação, maior a probabilidade de o eleitor votar com a oposição.

No segundo caso – análise da consistência ideológica –, os resultados obtidos foram muito pouco animadores, na medida em que, através de diversas formas de análise, verificou-se que o grau de consistência ideológica, salvo circunstâncias muito particulares, é extremamente baixo. Nos poucos casos em que se detectou incidência de associação entre pares

de itens, porém, as questões envolvidas se referem ao cerne do autoritarismo no Brasil.

Finalmente, a análise da fragmentação do apoio eleitoral e distribuição de posições antissistema revelou que o eleitorado que se identifica a ARENA é mais coeso em suas posições pró-sistema do que o do MDB em suas posições nitidamente antissistema.

6 – À guisa de conclusão: as eleições e o regime

Os objetivos que nortearam a análise aqui feita prendem-se a duas ordens distintas de preocupação que apenas para fins analíticos podem ser separadas. Por um lado, orientamo-nos por um marco conceitual clássico que visa, em última instância, estabelecer os correlatos do voto, ou seja: atender para os vínculos sócio-econômicos, para as representações que o eleitor faz dos partidos e para indicadores de participação política e experiência eleitoral anterior. Nesse sentido, predominou a busca pela integração teórica entre variáveis sócio-econômicas e preferência partidária, intermediados por um esquema de representação política de interesses e de percepção dos partidos.

Por outro lado, tratou-se de situar o jogo de forças políticas, de tendências do eleitorado dentro de Um regime político que tem se caracterizado pelo frequente e contínuo estabelecimento de empecilhos ao livre exercício da democracia através de conhecida e farta legislação de exceção. Preocupou-nos, assim, incorporar à análise a tentativa de situar as preferências políticas do eleitor não apenas tendo em vista fatores estruturais, como o impacto de fatores sócio-econômicos, em relação à intenção do voto, mas, sobretudo, incorporar sua avaliação do desempenho governamental e suas opiniões sobre questões que têm caracterizado a agenda política da atualidade brasileira.

Nesse sentido, a tarefa que nos propusemos tornou-se mais complexa dado o tipo de eleição que se estudou. Eleições municipais, como é natural, tendem a girar em torno de uma problemática local distante, por razões estruturais, dos problemas que permeiam o debate político a nível nacional. A preocupação clássica dos estudos eleitorais, a excepcionalidade do regime político brasileiro e a natureza municipalista das eleições constituíram os três

eixos básicos da análise precedente. Da interseção desses três eixos destacamos algumas questões que, de resto, a caracterizaram.

Em primeiro lugar, o estudo do perfil sócio-econômico do eleitor permitiu-nos estabelecer as seguintes tendências. A considerar isoladamente os efeitos dos indicadores sócio-econômicos sobre a intenção de voto, observou-se que quanto mais alta a posição do eleitor na ocupação, maior a probabilidade de preferir ele a ARENA e quanto maior sua renda, maior a tendência ao voto arenista. Já o grau de escolarização exerce um impacto no sentido de favorecer a oposição: quanto maior a escolarização, maior a probabilidade de o eleitor votar no MDB.

No entanto, o efeito simultâneo do grau de escolarização e do nível de renda demonstra que a relação entre a posição sócio-econômica e a intenção de voto não é linear. De fato, o que se observou é que os dois extremos da estrutura social constituem redutos arenistas, isto é: quando a escolarização é baixa e a renda situa-se no limite inferior, por um lado, e quando a escolarização é alta e a renda é igualmente alta, por outro, aumenta a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA. E, ao contrário, quando a escolarização é baixa e a renda cresce, e quando a escolarização é alta e a renda decresce, aumenta a probabilidade do voto emedebista. Os setores mais marginalizados e os setores mais beneficiados da sociedade emprestam, assim, obviamente por razões diferentes, seu apoio ao partido governista.

Paralelamente ao impacto da estrutura sócio-econômica como condicionante do voto, comparou-se o voto para prefeito com o voto para vereador. Apesar da consistência do voto ser elevada, existem cerca de 15% de eleitores que votaram em partidos diferentes para prefeito e vereador. Na tentativa de entender a consistência eleitoral, verificou-se que o eleitor da ARENA é mais consistente que o eleitor do MDB, fato que veio a ser corroborado posteriormente quando se verificou que o eleitor da ARENA é também mais consistente ideologicamente em suas posições pró-sistema que o emedebista em suas posições antissistema. A consistência eleitoral independe do grau de escolarização do eleitor e é apenas ligeiramente sensível ao nível de renda, embora sensível a fatores políticos. Nesse sentido, ficou claro que o voto consistente da ARENA é mais afetado por uma orientação partidária do voto do que por uma orientação que chamamos de familístico.

Os vínculos sócio-econômicos são, no entanto, permeados pela experiência eleitoral anterior e pela preferência partidária que, nitidamente, determinam a intenção do voto. A preferência do eleitor por um dos partidos e o voto dado em 1974 discriminam claramente a intenção do voto para prefeito em 1976. Observou-se, ainda, que a preferência pelo MDB cresceu ao longo do tempo, isto é, desde a época da criação dos atuais partidos até recentemente, quando se observou um ligeiro crescimento da preferência pela ARENA. De certo modo, as raízes do bipartidarismo, do ponto de vista da preferência eleitoral, situam-se no antigo sistema multipartidário. É assim que, entre aqueles que revelaram ter preferência partidária no antigo sistema, o eleitor emedebista preferia os partidos de orientação populista/reformista, enquanto o eleitor arenista preferia os partidos de persuasão conservadora.

Um segundo aspecto consistiu em discutir, através de questões estritamente municipais e da introdução de questões de avaliação do desempenho governamental como um todo, a natureza municipalista e/ou plebiscitária das eleições de novembro de 1976.

A avaliação dos governos municipal, estadual e federal através de questões de ordem mais geral e de questões que afetam a vida diária do cidadão discrimina bastante bem o eleitorado de um e outro partido, demonstrando não só que estiveram presentes no cálculo político do eleitor, como também que as eleições tiveram um cunho plebiscitário, embora envolvessem simultaneamente questões estritamente afetas à municipalidade.

O cunho plebiscitário que o presidente Geisel tentou imprimir às eleições, parece-me, saiu às avessas em seus efeitos. Obviamente o presidente da República, ao pretender que o pleito funcionasse como um plebiscito, estava tratando de capitalizar para a ARENA os eventuais benefícios políticos identificáveis com sua administração. Ora, em Niterói, se a satisfação com os serviços públicos fosse alta e, ainda, se o eleitorado não fosse predisposto à proposta oposicionista de redemocratização, eventualmente poderia a ARENA capitalizar politicamente via administração federal. E é possível que ela assim pensasse, pois sua campanha foi muito pouco agressiva, ocorrendo exatamente o contrário com a mobilização emedebista, que, inclusive, articulou em sua campanha a problemática local com a oposição sistemática ao regime.

Finalmente, cabe retomar os pontos essenciais da análise ideológica do eleitorado. Em primeiro lugar, concluiu-se pelo baixo grau de consistência ideológica do eleitor, consistência entendida como a capacidade de se prever a opinião do eleitor sobre determinada questão, conhecida sua opinião em outro item. Tomando, no entanto, subgrupos do eleitorado, observou-se que certas questões encontram-se mais associadas que outras em certos grupos. Tal ocorreu fundamentalmente com questões bastante centrais na caracterização do regime brasileiro (participação dos militares na política, permanência do AI-5 e natureza democrática do país) com respeito às quais o eleitor com alta escolarização e o eleitor emedebista apresentam maior consistência ideológica que, respectivamente, o eleitor menos escolarizado e o arenista, embora a força da associação, entre arenistas, quando existe, seja maior que entre emedebistas.

Além disso, o eleitor arenista revelou-se claramente pró-sistema na maioria das questões que dizem respeito ao regime político vigente, enquanto o emedebista se revelou consistentemente antissistema. No entanto, saliente-se, o eleitorado da ARENA é mais coeso em suas posições pró-sistema que o MDB em suas posições antissistema.

A fragmentação do eleitorado de um e outro partido, ora acentuada, ora praticamente inexistente, em torno de número razoável de questões, permite-nos supor que embora se detectem tendências razoavelmente claras no eleitorado de um e outro partido, nenhum dos dois encontra-se, de fato, enraizado na sociedade política, aspecto que, de resto, ficou claro na análise do perfil sócio-econômico do eleitor. Existe ainda uma margem razoável para realinhamentos e acomodação no sistema partidário que melhor expressem as tendências do eleitorado.